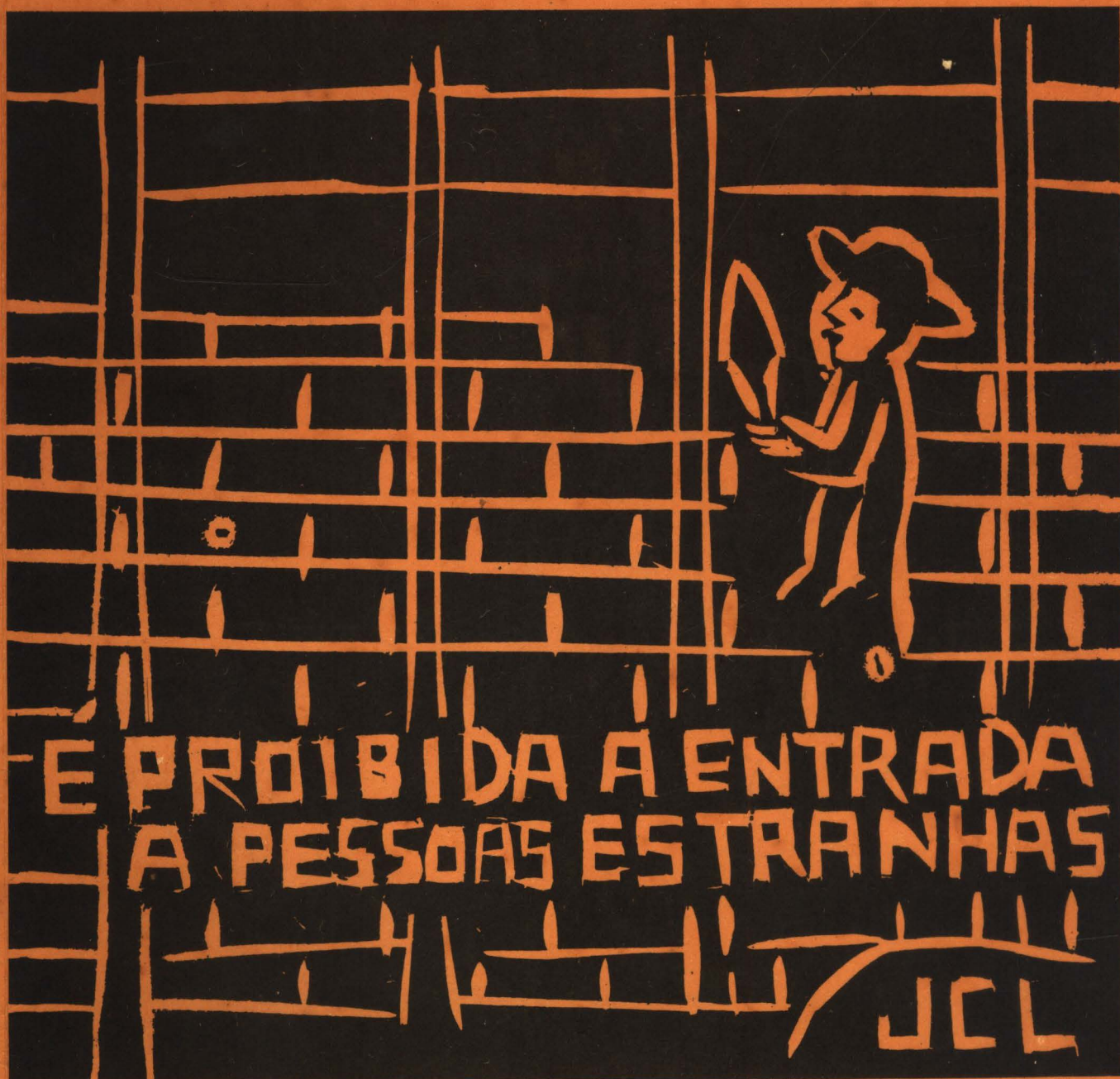


PROPOSTA-9-10

revista a serviço da educação de base



XILOGRAVURA: JOSÉ COSTA LEITE

P R O P O S T A

REVISTA A SERVIÇO DA EDUCAÇÃO DE BASE

DEZEMBRO 1978, Nº 9-10

TRIMESTRAL

ANO 2

EDITORIAL

Conselho de Redação 3 Apresentação

ARTIGOS

| | | |
|-----------------------|----|--|
| Victor Valla | 7 | Reconstrução histórica da educação popular no Brasil |
| Equipe FASE-Recife | 18 | Trabalhadores - Mudança Social - Educação Popular |
| Equipe FASE-Fortaleza | 24 | Considerações a respeito de educação popular |
| Conselho de Redação | 31 | Entrevistas com Alberto Passos Guimarães e Otávio Velho |
| Grupo Tarumã | 65 | Grupo Tarumã - uma experiência de trabalho |
| Victor Valla | 71 | A "Ponte do Povo": protesto de uma comunidade periférica |

PROPOSTA, revista a serviço da educação de base, é editada pela FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional; Rua das Palmeiras, 90, Rio de Janeiro (RJ). Coordenador Nacional: Jean Pierre Leroy. Conselho de Redação: Ademar Andrade Bertucci, Jean Pierre Leroy, João Luís van Tilburg, Joaquim Alcides Toledo Ribeiro, Jorge Eduardo Saavedra Durão, Valderi Antão Ruviano, Victor Valla, Ziléa Reznik. Datilografia: Elita Vicente de Paula Duailibe. Impressão: Vickson de Souza Viana. Assinatura anual: Cr\$ 170,00; número avulso: Cr\$ 45,00. Enviar cheques nominais à FASE. Exterior; assinatura anual: US\$ 20,00; pagos através de "International Money Order" nominal à FASE.

A P R E S E N T A Ç Ã O

No presente número duplo de PROPOSTA procuramos equilibrar a dosagem entre os assuntos que podem interessar aos agentes que atuam em áreas rurais, e os temas que podem ajudar à reflexão sobre as atividades de educação popular nas periferias da cidade.

Contudo, para evitar que incorramos no risco de dividir uma mesma realidade em duas partes distintas, quais sejam, um Brasil rural e um Brasil urbano, achamos conveniente apresentar antes um estudo que mostra que o contexto histórico tem muito a ver com o método pedagógico adotado, seja qual for a área física onde a educação popular se desenvolve.

A equipe FASE de Recife levanta algumas questões a partir da sua atuação no meio popular nas periferias e formula uma proposta de trabalho. Neste mesmo enfoque a equipe FASE de Fortaleza contribui no aprofundamento de questões relativas à educação popular.

Duas entrevistas sobre problemas rurais mostram que o entendimento da problemática complexa do campo não é homogêneo. Essa complexidade nos faz sentir a necessidade de não tomarmos uma posição simplista em nossa análise, e ao mesmo tempo, nos obriga a aprofundar a posição que adotamos.

Apresentamos uma experiência de produção de um filme com a participação de moradores de um bairro. A descrição dessa experiência pode alimentar outras neste campo.

Este número traz, também, o relato de uma experiência de um grupo de moradores de bairro de uma cidade-dormitório. Mostra como esse grupo se organizou e evidencia a percepção desse grupo em relação à sua atividade.

Poderíamos terminar esta apresentação do conteúdo deste número duplo da revista, se não existisse uma preocupação por parte dos responsáveis pela edição da revista PROPOSTA, em relação ao seu objetivo.

Quando lançamos o número 1 da revista, escrevemos que o seu conteúdo seria "a expressão da prática, da experiência e da reflexão partilhadas". Um ano depois fizemos uma avaliação, não apenas em relação à penetração da revista, mas sobretudo do seu conteúdo. No que diz respeito aos erros detectados, apontamos os seguintes:

- pouco acesso aos agentes de base por parte da equipe de redação;
- pouca contribuição por parte dos agentes de base;
- a não-realização do objetivo da revista como fórum de debates;
- a dificuldade em contar com a colaboração de terceiros;
- linguagem de difícil entendimento.

Procuramos superar estes erros apontados. De fato, conseguimos a colaboração de agentes de base e mesmo de intelectuais. Conseguimos, também, melhorar o acesso aos agentes, mas não conseguimos realizar que a revista se tornasse um fórum de debates, e as reclamações em relação à linguagem não cessam. Ocorreu também que uma carta circular enviada a todos os que recebiam a revista gratuitamente, quase não teve repercussão. Foram raríssimos os assinantes "gratuitos" que responderam, declarando que gostariam de continuar a receber a revista.

Este dado nos fez pensar e começamos a especular sobre o "público" que estávamos atingindo.

Por incrível que pareça, não sabemos quem é esse público. O fichário da revista indica apenas nomes que pouco revelam sobre o programa de educação popular a ser desenvolvido por este nome.

Ao mesmo tempo, surgiu uma outra dificuldade: a da periodicidade.

A *infra-estrutura* da FASE, parece-nos, não comporta um conjunto de atividades para editar uma revista. Por esta razão estamos iniciando uma discussão sobre a possibilidade de co-editar a revista PROPOSTA com uma editora que se responsabilize pela impressão e distribuição da revista. Por enquanto, não temos certeza se a decisão a ser tomada corresponde às necessidades dos agentes de base. Nada impede que estes se pronunciem.

Aguardamos, então, suas sugestões.

Conselho de Redação

Rio de Janeiro, dezembro de 1978

INTRODUÇÃO

A pesquisa histórica deve ser entendida como uma tarefa que parte de certas preocupações do presente, que, por sua vez, servem de guia para a seleção de dados do passado. Nesse sentido, a pesquisa histórica é um trabalho essencialmente pragmático; tem fins funcionais. Trata-se de buscar no passado dados que nos ajudam a interpretar o presente. E deve-se lembrar, por outro lado, que os dados históricos nunca falam por si mesmos; falam através da "concepção do mundo" daquele que os colheu e interpretou (1).

Uma vez posta nossa concepção de história, passamos a especificar nosso objeto de estudo: a educação popular. Embora possa ser vista de vários prismas, entendemos, para os fins dessa pesquisa que a educação popular traduz-se essencialmente naquelas propostas educativas que se relacionam com as camadas populares e que propõe a "possibilidade de produzir formas novas de prática coletiva que representam a crítica ao nível da prática, das formas de integração controladora que o sistema" vigente propõe (2).

Também compreendemos como essencial nessa definição a necessidade de uma participação das camadas populares como sujeitos não só da prática educativa, quanto do próprio processo de mudanças em que essa prática se insere.

(1) CARR, E.H. - Que é História? Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976. Vide Capítulos 1 e 2.

(2) JANCSÓ, István - "Prática Educativa: Notas sobre problemas de bairro". Rio de Janeiro, PROPOSTA, 6, dezembro de 1977 p. 34.

O que é Educação? *"Os sistemas educacionais e os movimentos educativos em geral, embora influam sobre a sociedade a que servem, refletem basicamente as condições sociais, econômicas e políticas dessa sociedade. Por isso mesmo, as características dos diversos períodos da história da educação de um país acompanham seu movimento histórico, suas transformações econômicas e sociais, suas lutas pelo poder político". (3)*

Nesse sentido, a educação não é anterior ao homem mas é uma construção dele.

"Ela existe concretamente na sociedade, faz parte de sua estrutura e de seus processos. É uma instituição social e, como programa formalizado, é parte do aparato de que classes sociais ou grupos de controle do poder lançam mão para realizar alguns dos seus interesses e objetivos sociais". (4)

Assim, a educação sempre se traduz como sendo uma

"...ação de grupos que, no interior do processo social, têm uma proposta de modificação das condições existentes; seja no sentido do aperfeiçoamento da estrutura social vigente, seja no sentido da mudança do mesmo". (5)

O Contexto histórico Mas essa pesquisa, a reconstrução histórica da educação popular no Brasil, tem também especificidade no tempo e no espaço. Abrange um período de aproximadamente 30 anos, ou seja de cerca de 1945 a 1977. Trata-se do Brasil, país latino-americano, que, inserido no mundo capitalista, ocupa a posição de sociedade periférica. Essa posição, inerente ao processo de colonização desde o século XVI condiciona o processo histórico do Brasil, fazendo com que, hoje em dia, dentro de uma sociedade de classes, as burguesias nacional e internacionais não somente se apropriem do excedente econômico das camadas populares brasileiras, mas imponham simultaneamente valores culturais a essas mesmas camadas (populares) que pouco se relacionam com suas necessidades reais.

(3) PAIVA, Vanilda P. - Educação Popular e Educação de Adultos. Contribuição à história da educação brasileira. São Paulo. Loyola, 1973. (Temas Brasileiros, 2) p. 19

(4) BRANDÃO, Carlos Rodrigues - da Educação Fundamental ao Fundamental na Educação. Proposta - Suplemento 1, 1977. p. 6.

(5) BEZERRA, Aida - "Atividade em educação popular". IN: Educação Popular. Boletim CEI: Suplemento nº 17. Rio de Janeiro, 1977, p.36.

É essa própria característica de sociedade capitalista periférica, inclusive, que condiciona o principal processo econômico dos últimos cinquenta anos do presente século - o da industrialização brasileira e suas consequências nos setores urbanos e rurais. Francisco de Oliveira descreve esse processo da seguinte maneira:

A Revolução de 1930 marca o início de uma industrialização que transformou aos poucos a fisionomia do Brasil de país agrário-exportador para uma base urbana industrial.

O governo brasileiro procurou incentivar atividades ligadas ao mercado interno. Criou as leis trabalhistas, destinadas a propiciar um novo modo de acumulação para as empresas, pelo aumento da possibilidade do consumo das classes operárias.

O Estado teve suas funções ampliadas e um novo papel de criar as bases para que a acumulação capitalista ao nível das empresas pudesse se reproduzir. Assegurar reprodução das empresas capitalistas passa a ser o papel primordial das medidas governamentais a partir de 1930.

Nesse contexto a agricultura tem um papel importante: e la deve-se manter ativa, mas não ser estimulada para se tornar o centro do sistema produtivo. No setor destinado à produção para consumo interno, a agricultura deve suprir as necessidades das massas urbanas de forma a não e levar o custo de alimentação principalmente, e sumariamente, o custo das matérias-primas, e não obstaculizar portanto, o processo de acumulação urbano-industrial.

Esse impedimento para o crescimento do setor agrícola de consumo interno vai fazer com que o trabalhador rural receba baixo salário, não tenha recebido os benefícios das leis trabalhistas do INPS e veja na cidade uma imagem de uma vida melhor.

Esse baixo nível de vida do trabalhador rural contribui para o crescimento industrial de duas formas:

- a) incentivando o êxodo rural que vai reforçar o exército de reserva das cidades;
- b) na manutenção da produção alimentícia no campo a preços baixo.

O quadro descrito nada tem a ver com a oposição formal de quaisquer setores: atrasado e moderno, assim como está longe de existir a difundida tese da inelasticidade da oferta agrícola, modelo construído a partir da realidade chilena e generalizado, para toda a América Latina, aplicado ao Brasil, repetido especialmente por Celso Furtado. A indústria como tal, nunca precisou do mercado rural como consumidor, ou melhor dizendo, nunca precisou de incrementos substantivos do mercado rural para viabilizar-se. A indústria no Brasil está voltada para os mercados urbanos e dessa forma os dois setores de nossa economia: indústria e agricultura estão se distanciando, dando possibilidade à interpretação dualista dessa realidade. Porém por detrás dessa aparente dualidade existe uma integração dialética (6).

Esse processo descrito, por sua vez, já tem suas especificidades, não apenas porque ocorre no Brasil, mas porque a conjuntura internacional exerce também uma influência preponderante. Entre os fatores que condicionam o processo de industrialização brasileira e que devem ser lembrados nessa pesquisa são: a crescente intervenção dos Estados nas economias nacionais, no mundo inteiro; a expansão das empresas capitalistas multinacionais, principalmente as dos Estados Unidos, na América Latina; a eclosão da Segunda Guerra Mundial e seu desfecho na chamada "Guerra Fria"; as implicações ideológicas da chamada "divisão" do mundo de após-guerra em campos "capitalista" e "comunista" e a consequente discussão do desenvolvimento no Brasil; a preocupação crescente da "educação das massas" nos Estados Unidos e na Europa Ocidental de após-guerra e suas implicações sobre as formas e movimentos de educação popular no Brasil.

(6) OLIVEIRA, Francisco de - "A economia brasileira: crítica à razão dualista". IN: Questionando a economia brasileira. Seleções CEBRAP I. São Paulo, Brasiliense, 1975.

Sabe-se de antemão que foi a partir do desfecho da Segunda Guerra Mundial (1945) que as atividades de educação sofreram uma nítida aceleração no Brasil. E não foi por acaso, pois há uma relação estreita entre o ritmo e forma da industrialização brasileira e:

- a) as repercussões no campo, quer no sentido do êxodo rural, quer no sentido da capitalização do mesmo;
- b) o conseqüente crescimento dos setores urbanos e a promoção de educação popular, seja por parte de grupos nacionais ou estrangeiros. Esses fatores se entrelaçam, pois não há como separar a expansão do capitalismo monopolista no Brasil do ritmo e forma da industrialização brasileira e da promoção da educação popular, seja internamente - por exemplo, nos discursos e campanhas oficiais no período -; seja externamente - por exemplo; a partir das propostas da UNESCO e da cooperação técnica Brasil-Estados Unidos, principalmente através da USAID.

Ao final da Segunda Guerra Mundial, ao lado do aumento de oportunidades educacionais - pela maior oferta de escolas públicas de ensino elementar dirigido às crianças e pela ampliação e promoção em nível nacional dos cursos supletivos para adolescentes e adultos - foi sistematizada a formação profissional na zona urbana - através da criação do SENAI e depois o SENAC (nos anos quarenta) - e iniciada as experiências de extensão rural e de desenvolvimento comunitário no campo (no início dos anos cinquenta).

As práticas educativas, no período em estudo, freqüentemente partindo do Estado e/ou das classes dirigentes, estão diretamente relacionadas com a produção. Mas, em função da abertura política após o Estado Novo, a organização das campanhas e movimentos nacionais de educação dirigidos aos adolescentes e adultos caracterizaram-se por serem basicamente de alfabetização, tendo em vista o aumento do contingente de eleitores, dos quais a zona rural era celeiro farto. Por outro lado, a percepção de que os grandes centros urbanos são, no fim, os polos das mudanças demográficas, juntamente com o aguçamento dos problemas de infra-estrutura nas áreas pe-

riféricas desses centros, permitem o surgimento de formas de educação popular, frequentemente desligadas da prática da "produção" e estruturadas em função de reivindicações em torno do "consumo" de serviços básicos: transporte, água, saneamento, habitação, segurança, saúde e escolas (7).

As consequências da industrialização brasileira, específica porque geradas na periferia do capitalismo mundial, exige um esforço de atualização quanto à abordagem do que comumente se chama "classes sociais" e "camadas populares".

A educação popular que visa as atividades de produção na zona rural permite agrupar com mais facilidade camadas populares do mesmo ramo e com os mesmos interesses, em termos de produção, enquanto as atividades da educação popular na periferia urbana tendem a agrupar camadas populares com interesses comuns à nível do consumo, mas frequentemente conflitantes em termos da "produção" e sua renda consequente.

Em termos políticos, o período imediatamente anterior àquele que está em estudo foi marcado alternativamente por forte centralismo do Estado (1930-1945), seguido de uma abertura "democrática" na qual as classes dominantes se acomodaram para fazer face às novas exigências do crescimento econômico, inclusive cooptando com a classe operária, por mediação do próprio Estado (populismo, entre 1945-1964) e, depois de 1964, novo centralismo, no qual o Estado assume cada vez mais o controle da economia, limitando severamente a participação política.

A centralização a nível nacional das promoções de educação popular começou a partir de 1945. Mas todo o acima delineado ocasionou as formas de educação popular que surgiram e suas repercussões. Houve mudanças substanciais na organização da educação popular, passando também ela de propostas locais descentralizadas a propostas nacionais centralizadas (a partir de 1945 e principalmente em 1961-1964); e novamente à intensa descentralização e movimentos locais. É preciso ter presente, no entanto, que muitos movimentos foram estritamente

(7) RIBEIRO, Joaquim Alcides T. - "Teoria e Prática em Educação: mudança, classe e referências sociais" e JANCSÓ, István - "Prática Educativa: Notas sobre Problemas de Bairro". Rio de Janeiro, PROPOSTA nº 6, dezembro de 1977.

te locais, ou no máximo micro-regionais, mas de repercussão nacional, como as Ligas Camponesas da zona da mata de Pernambuco e Paraíba, e, a rigor, o Movimento de Cultura Popular, da Prefeitura do Recife. E não esquecer, que podem coexistir amplas e fortes ordenações nacionais de movimentos ligados ao Estado (Mobral, por exemplo) e outras promoções, inspiradas e/ou apoiadas em âmbito nacional mas fortemente locais, pela sua própria natureza e viabilidade concreta.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Com respeito aos aspectos metodológicos, há que lembrar que na medida que novas formulações teóricas surgem sobre o processo econômico brasileiro, a análise histórica da educação brasileira deveria trazer novos enfoques. É o caso da percepção de fato de que a agricultura brasileira vem ocupando uma posição subordinada ao setor urbano/industrial, e por mais de 25 anos. Ou seja, essa descoberta e a de que não há oposição formal entre o campo e a cidade, entre o moderno, porque industrial, e o tradicional, porque rural, mas uma relação dialética, fazem com que a história da educação popular no Brasil, principalmente no campo, tenha que ser "reconstruída". Por exemplo, a educação popular chamada "rural" é um fenômeno em si mesmo, ou representa uma consequência do processo da acumulação urbano/industrial?

O que os autores dos documentos a serem analisados consideravam como causas das suas propostas de ação tem que ser questionado e certamente assumirão feições ideológicas em face da problemática "centro/periferia" e da relação "cidade/campo".

A descentralização e as características locais das atividades de educação popular hoje deveriam nos levar a aproximar com cautela as campanhas e propostas nacionais de educação popular, pois as exigências do nosso período histórico são outras.

Assim, dentro da discussão metodológica da pesquisa, não há também, oposição formal entre o tipo de educação popular que existe no interior de lutas populares locais, ou inseridas em movimentos

sociais maiores, e as grandes "propostas educativas" (de educação popular) de caráter nacional. Há, também aqui, uma relação dialética, pois toda luta popular regional ou local, quando se desdobra em formas de educação popular, não somente remete à um movimento social maior, mas remete também a uma proposta educativa maior de caráter nacional, que, por sua vez, é decorrente de um movimento nacional maior, produto das conjunturas nacional e internacional.

Em fase da descentralização dos movimentos "sociais" de educação popular hoje, propõe-se que a pesquisa vise à análise e reconstrução histórica de experiências de educação popular regional ou local, representativos da diversidade brasileira em termos de fatores geográficos, econômicos e sociais. Procurar-se-ão, para serem analisados historicamente, experiências de educação popular nos setores urbanos, por exemplo, representativas dos movimentos sindicais, quando se tratar da classe operária. Outras experiências urbanas poderão traduzir movimentos comunitários, surgidos em função de problemas infra-estruturais. Quanto às populações rurais, há as experiências de extensão rural, os sindicatos de pequenos agricultores e os movimentos de ligas camponesas. De qualquer maneira, procurar-se-ão experiências específicas representativas de movimentos sociais e de propostas educativas nacionais.

Assim sugere-se, como ponto de partida, a seguinte delimitação da pesquisa:

| | |
|------------------|--|
| | - classe operária (sindicatos) |
| POPULAÇÃO URBANA | - camadas populares (bairros periféricos, favelas, saúde, infra-estrutura) |
| | - sindicalismo (ligas, sindicatos) |
| POPULAÇÃO RURAL | - comunidades, camadas populares (extensão rural, comunidades de base) |

Com base nesse quadro, fez-se um levantamento geral das experiências mais conhecidas, dentre das quais foram relacionadas as que prioritariamente seriam objetos de pesquisa. Dessa relação, elegeram-se algumas experiências urbanas para iniciar a pesquisa.

Uma vez apresentados os fundamentos teóricos e metodológicos, a delimitação do universo da pesquisa e um alistamento provisório de casos a serem pesquisados, ainda cabe a decisão sobre o que especificamente levantar quando se realiza concretamente a pesquisa.

Esse problema nos traz de volta à "finalidade" e ao "destino" da pesquisa. Se o resultado da pesquisa tem como finalidade e destino, o de ser utilizado pelos agentes de base, entende-se que a reconstrução histórica deve ser guiado pelas preocupações desses mesmos agentes. No interior de cada "caso", pesquisado, então, devem ser levados em conta algumas questões que se colocam hoje nos trabalhos de base. Uma primeira seleção dessas questões se apresenta da seguinte forma:

- Qual a relação entre agentes de base e lideranças de base?
- Formação de lideranças com trabalho de base?
- Qual a relação entre as propostas educativas e os movimentos de resistência popular?
- Qual é a relação entre as lutas específicas localizadas e o quadro mais geral das lutas no processo de mudança?
- Qual é a contribuição das propostas educativas para a organização popular?
- Qual é a prioridade no trabalho de base tendo em vista os diversos setores e as diversas categorias sociais?
- Como fazer a ligação entre os trabalhos ligados a problemas de bairro (por exemplo, infra-estrutura) e da fábrica (por exemplo, produção).

Outro aspecto a ser procurado na recuperação de cada experiência de educação popular pesquisada é o das concepções diferentes que

os agentes possuem para encarar as populações com que se lidam no decorrer de uma determinada experiência.

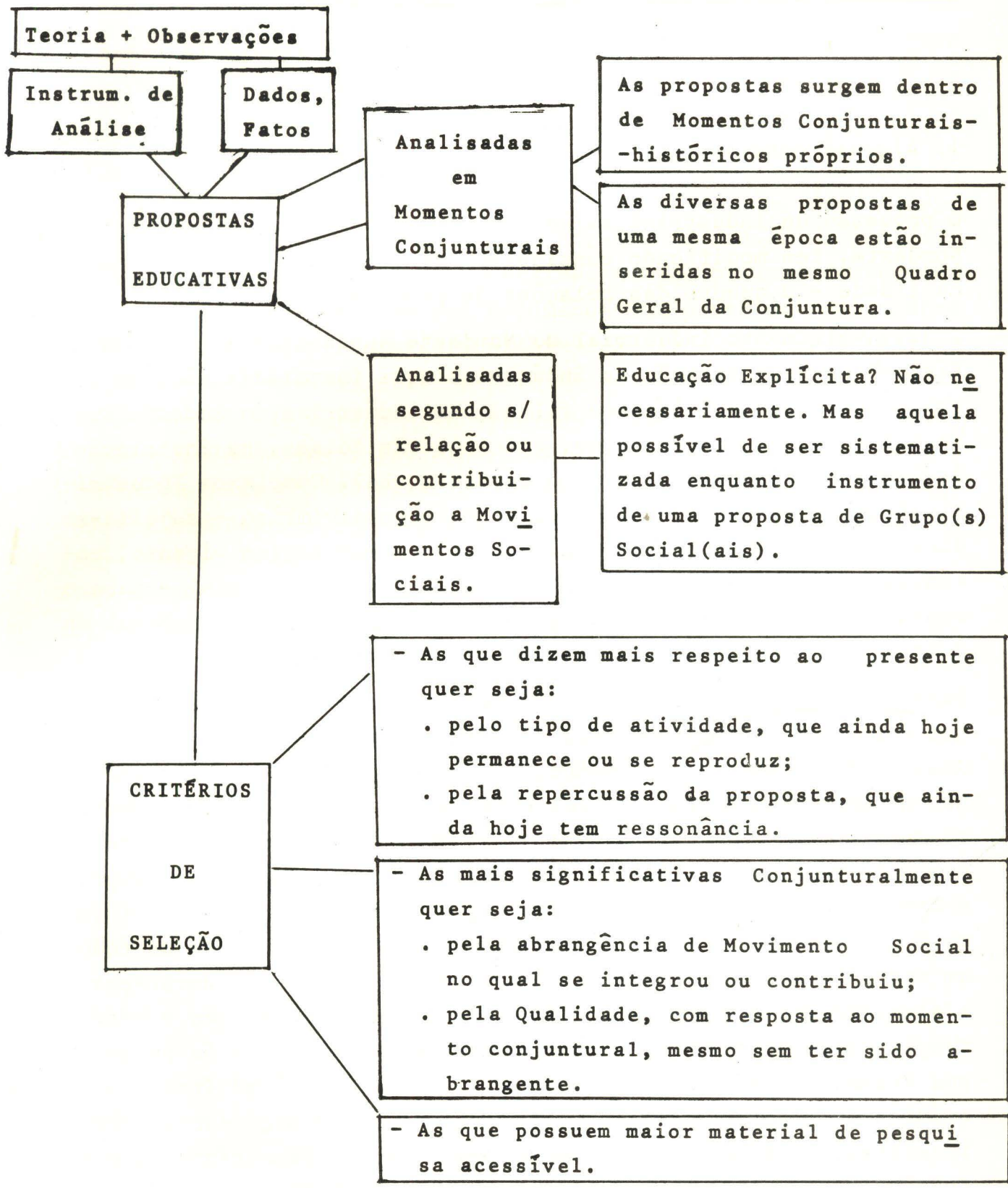
É possível que se encontre dificuldades na localização de documentação "popular", pois é raro que a classe dominada tem condições de registrar, em forma de escrita, sua história. O documento histórico é, por excelência, herança do poder, riqueza e ideologia da classe dominante.

Há, no entanto, documentos deixados pelas várias agências de educação popular, tanto quanto fontes na forma de jornais, teses de pós-graduação, relatórios governamentais e livros que poderiam suprir, em parte, a ausência de documentação "popular".

Nesse sentido, pretende-se conduzir a investigação através do uso das duas formas de documentação disponíveis. Cabe lembrar, no entanto, que essas fontes geralmente representam a "visão do mundo", ou da classe dominante ou das camadas médias. Assim, será necessário lançar mão à técnica de entrevistas, principalmente de populares, lembrando que todas essas formas de pesquisa deveriam ser vistas à luz dos aspectos metodológicos e das "questões" ligadas à base acima apresentados.

CONCLUSÃO

A fim de melhor visualizar o método proposto para a pesquisa em questão, sugere-se na folha seguinte um esquema gráfico.



Teoria + Observações

Instrum. de Análise

Dados, Fatos

PROPOSTAS EDUCATIVAS

Analisadas em Momentos Conjunturais

As propostas surgem dentro de Momentos Conjunturais-históricos próprios.

As diversas propostas de uma mesma época estão inseridas no mesmo Quadro Geral da Conjuntura.

Analisadas segundo s/ relação ou contribuição a Movimentos Sociais.

Educação Explícita? Não necessariamente. Mas aquela possível de ser sistematizada enquanto instrumento de uma proposta de Grupo(s) Social(ais).

CRITÉRIOS

DE

SELEÇÃO

- As que dizem mais respeito ao presente quer seja:
• pelo tipo de atividade, que ainda hoje permanece ou se reproduz;
• pela repercussão da proposta, que ainda hoje tem ressonância.

- As mais significativas Conjuntamente quer seja:
• pela abrangência de Movimento Social no qual se integrou ou contribuiu;
• pela Qualidade, com resposta ao momento conjuntural, mesmo sem ter sido abrangente.

- As que possuem maior material de pesquisa acessível.

1. Algumas constatações

O processo de industrialização, nos moldes em que vem se dando no Nordeste, tem modificado consideravelmente - tanto no campo como na cidade - o quadro das relações de produção.

O desenvolvimento industrial do Nordeste apresenta-se como "periférico" e "dependente": as indústrias aqui instaladas são, em sua grande maioria, sujeitas ou filiadas a indústrias do Sudeste-Sul. Esse processo - concretizado, entre outras coisas, na instalação de Centros Industriais (como o de Aratu, BA), Complexos Industriais (como o de Suape, PE) e Polos de Desenvolvimento - sujeita-se diretamente à política econômica adotada pelo regime vigente, estimulante da produção - tanto agrícola quanto industrial - para o consumo externo (exportação) e beneficiadora do grande capital industrial, geralmente vinculado às multinacionais.

Para que as coisas caminhassem e se firmassem nessa direção, o setor rural nordestino precisou ser "integrado" em vista de cumprir duas funções básicas: primeiro, a de garantir o suprimento contínuo de mão-de-obra nos setores privilegiados do sistema, a preços do mercado de trabalho vigente; segundo, a de garantir o fornecimento de matérias-primas e, sobretudo, de alimentos para o suprimento do mercado interno a preços os mais baixos possíveis. E como é que essas duas funções têm sido garantidas? Através de todo um conjunto de medidas que se traduzem, praticamente, em: preços sistematicamente desfavoráveis ao produtor; expropriação e concentração da propriedade da terra; falta de acesso (para os pequenos) aos chamados "serviços de apoio" e "insumos modernos" (tecnologia, crédito e financiamento para sementes, adubos e maquinaria, etc.); inexistência de meios próprios de organização, representação e defesa dos interesses de camponeses e agricultores.

Nesse quadro, a "questão agrária" e a "questão urbana" se apresentam como as duas faces de uma mesma moeda. De um lado, no campo, ocorre em escala cada vez maior a perda da terra como meio de produção e/ou de subsistência, provocando o aumento do contingente de assalariados sob a forma de bóias-frias, de pequenos proprietários que devem se assalariar temporariamente para cobrir suas necessidades de subsistência, de indivíduos e famílias que deixam o campo em direção da cidade. De outro lado, na cidade, a política de metropolização (criação das Regiões Metropolitanas de Recife, Salvador e Fortaleza) tem feito com que boa parte do contingente migratório (camponeses e agricultores expulsos do campo) permaneça na região, nas capitais do Nordeste e seus municípios periféricos. Uma vez que o volume de empregos criados por esse processo de industrialização é bem menor que a demanda gerada pelo crescimento da força de trabalho concentrada nas cidades, aumenta a cada dia que passa o contingente dos subempregados. Na Região Metropolitana do Recife, por exemplo, apenas 24,2% das pessoas empregadas estão no setor secundário (indústria de transformação e de construção civil), sendo que o contingente diretamente empregado na produção é de apenas 15% - enquanto que, no setor terciário (serviços), estão 68,5% das pessoas empregadas, e este é o setor que vem absorvendo a maior parcela do aumento da força de trabalho. E essa absorção se dá principalmente nos ramos "comércio de mercadorias" e "prestação de serviços", sobretudo vendedores ambulantes e empregados domésticos, ocupações de mão-de-obra sem especialização e de baixíssima renda. Desse quadro, uma boa amostragem é dada pelos resultados de uma pesquisa realizada na linha do "auto-censo" entre mais de 500 famílias de trabalhadores do bairro de Casa Amarela - a maior "área popular" da região. Os chefes de famílias distribuídos pelas diversas categorias ocupacionais, eram 34% biscateiros, ambulantes, serventes ou empregados domésticos; 20% estavam empregados na produção, em indústrias de transformação ou de construção civil; e os aposentados, beneficiados e pensionistas (INPS ou FUNRURAL) eram 18,5%.

Isso tudo significa, em termos de MUDANÇA NAS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO, que a política econômica adotada vem, de algum tempo para

cã, implantando no Nordeste um processo de industrialização que CRIA E ALIMENTA DIVERSAS FORMAS DE EXPLORAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA, no campo como na cidade: é o tal "desenvolvimento desigual e combinado" do capitalismo caboclo. Essas diversas formas de exploração de mão-de-obra, que caracterizam DIVERSAS CATEGORIAS DE TRABALHADORES, certamente estão articuladas entre si de forma a alimentar permanentemente o processo de concentração da renda e de acumulação de capital nos setores privilegiados do sistema.

2. Questões sobre trabalhadores e educação popular

A possibilidade de uma atuação a mais correta possível a nível de "práticas educativas em meio popular", depende fundamentalmente da compreensão desse processo: de suas origens (história), da situação atual e de suas tendências. Nesse sentido, a questão de fundo que se coloca é a seguinte: como o tipo de industrialização que vem se implantando no Nordeste, cria e alimenta as diversas formas de exploração da mão-de-obra existentes - e as respectivas categorias de trabalhadores? Quais as características dessas formas e categorias? Quais as ligações entre elas? Quais as tendências (a curto, médio e longo prazo) desse processo?

Não se trata, absolutamente, de uma questão acadêmica, porque é a própria prática educativa junto a grupos populares que vem colocando essa questão. Partimos de uma leitura da realidade que situa o papel dos trabalhadores diretamente engajados na produção como fundamental enquanto força social capaz de provocar mudança social numa sociedade de classes como a que vivemos. Mas a questão que nossas práticas colocam agora é sobre "o papel do resto", quer dizer, o papel da massa de trabalhadores que está fora da indústria - e, aqui no Nordeste pelo menos, estes são maioria, sem dúvida alguma. E ainda tem mais: mesmo entre os operários, uma boa parte está hoje na fábrica, amanhã desempregada fazendo biscates, depois de amanhã no comércio ambulante, depois de volta à fábrica e assim por diante. Fato análogo se dá no campo, com o pequeno proprietário se assalariando temporariamente, tendendo a se tornar completamente assalariado no campo ou subempregado na cidade. Quer dizer, ao que tudo indica, o que menos existe, no campo ou na cidade é "estabilidade".

A resposta à questão da ORGANIZAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA, do processo de sua organização, dos espaços e instrumentos que le vem a formas organizativas realmente próprias e autônomas (essa é a questão política principal do momento), essa resposta vem sendo indicada pelo crescimento e solidificação da Oposição Sindical (como o recente movimento grevista indica) - isto no Sudeste-Sul. Mas, ao que parece, mesmo lá a resposta passa necessariamente pela atuação das Organizações de Bairro e Movimentos Populares em torno de custo de vida, transportes, habitação (invasão - remoção/expulsão, loteamentos clandestinos), etc. que também mobilizam, abrem espaços, conscientizam, articulam e organizam. E aqui no Nordeste, em Salvador, em Fortaleza, no Recife?

Situar corretamente a prática educativa junto a grupos populares no meio urbano - sejam de operários, sejam de bairro - está exigindo portanto, entre outras coisas, estudos globais e locais (sempre a partir de e referidos às práticas, é claro) que consigam caracterizar e relacionar esses diversos "segmentos da classe trabalhadora"; que dêem conta de explicar como o trabalho de uns e de outros vem alimentando o processo de acumulação de capital; que mostrem a natureza, o funcionamento e os efeitos (mudanças provocadas e tendências) dos diversos mecanismos de intervenção do Estado, como os incentivos fiscais do decreto 34/18, os Planos e Programas de Desenvolvimento tipo polonordeste, o PIS e o FGTS, etc.; que captem a percepção que os trabalhadores têm dessa realidade, da sua situação nela e das duas relações com as demais categorias de trabalhadores - visto que o nosso "trabalho educativo" se dá exatamente sobre essa percepção.

Nesse momento, pessoas e grupos atuantes nos vários cantos do país e nos mais variados contextos, envolvidos com "trabalhos educativos em meio popular", vêm convergir as questões que suas práticas colocam. Eis algumas delas:

- qual a significação/o papel/a importância das diversas categorias de trabalhadores em relação ao operariado industrial, para o nosso processo de mudança social?

- em que pontos e de que maneira se ligam os movimentos populares (custo de vida, terrenos, etc.) com a organização operária?
- o quê e como vem impedindo ou vem facilitando, a nível das forças populares, a acumulação de experiência e a formação de uma "consciência de classe"?
- o que os operários estão pensando sobre as organizações de bairro e os movimentos de custo de vida e de terrenos?
- como eles vêem os "trabalhos de educação popular" desenvolvidos nesse meio? Que perspectivas vêem nesse trabalho e que instrumentos sugerem para a ligação com o seu próprio movimento de organização?

3. Ensaando uma proposta

No momento, estamos vendo como caminho para melhor situar nossa prática e adequá-la aos reais interesses das classes populares, a combinação de dois procedimentos: um estudo que proporcione uma leitura a mais correta possível da realidade; e um contato direto com grupos e lideranças de trabalhadores atuantes na região. Estamos também procurando colocar e discutir tudo isso com quem está na mesma jogada, enfrentando o mesmo tipo de dificuldades (a nível de trabalhos de educação popular) e grilando-se com o mesmo tipo de questões.

Através desse debate, da socialização de nossas experiências, é que, conforme acreditamos, poderemos avançar na compreensão das próprias questões levantadas e na possibilidade de respondê-las através de uma prática mais consequente. Se estamos metidos nessas coisas nós "educadores": técnicos em educação, técnicos agrícolas, técnicos em saúde, agentes pastorais, animadores de grupos, etc. - é porque acreditamos que temos um papel, que temos um lugar no processo. Papel transitório, subsidiário, acessório, mas de forma alguma dispensável - ou será que não? De qualquer maneira, o desafio se dá é no interior mesmo da nossa prática no nível

dos mecanismos e instrumentos da nossa intervenção: desafio de adequar sempre mais essa prática às exigências que o movimento histórico das forças populares vai colocando, no nosso tempo e no nosso lugar, para quem quer estar solidário e a serviço desse movimento.

Introdução

O que levantaremos no presente artigo são somente alguns aspectos importantes ligados à prática educativa e que poderão ajudar na compreensão das tarefas a serem cumpridas pelos educadores comprometidos com a transformação da sociedade em que vivemos. E é por essa razão que desde já iremos apresentar uma série de questões que, embora insuficientemente aprofundadas, já poderão nortear os diversos trabalhos em curso. Essas observações são frutos de nossa experiência em confronto com outras experiências em educação popular. Isso implica que o artigo não está acabado, e o que surge de imediato é a proposta de aprofundamento e debate das questões por ele apresentados.

Também queremos salientar que, apesar de não negarmos a importância do estudo e análise de todas as formas de educação, não iremos levar em conta as experiências "educativas" voltadas para a manutenção e reprodução do sistema, isto é, as práticas aqui abordadas serão aquelas que, de uma forma ou de outra, se pretendem comprometidas com o povo.

1. A Natureza Política do Trabalho Educativo

Discutir o caráter político da ação educativa ou a natureza da Educação Popular é algo bastante complexo, trazendo no seu interior as raízes da elucidação de problemas relativos à natureza de nossa sociedade (tanto atual quanto uma que esteja por vir) - e nos remete de imediato a que pensemos essa questão no bojo da luta de classes que se desenvolve em nível nacional e internacional, encarando de frente a crítica do Estado e nos levando a estudar as formas de sua superação através da luta e organização populares.

O caráter político de qualquer trabalho educativo é por demais claro (acreditamos que quanto a isso não existe muita dúvida), pois tanto a educação pode estar colocada a serviço da manutenção e reprodução da dominação, quanto pode estar contra essa mesma dominação. Mas, numa forma ou noutra, ela sempre se exerce como força num processo político.

Nesse momento o que nos interessa é compreender o significado de um fenômeno novo que está ocorrendo em nível nacional: o crescimento e ampliação dos trabalhos de base através dos trabalhos de comunidades.

O que realmente precisa ser analisado é essa nova experiência, procurando observar não só o que existe realmente de novo, de libertador e de significativo no processo de transformação, como também o que se mantém como resíduo dos mecanismos de dominação e exploração. O que precisamos perceber é a significação que está tomando essa prática de articulação e organização das bases, observando o significado de uma prática democrática que se realiza pelas bases e descolada do Estado, aprofundando o nosso conhecimento dessas formas de organização que se alastram tanto no campo como nas cidades. Isso posto, não significa dizer que não existam falhas e perigos como a facilidade de cooptação dos grupos pelas organizações e instituições comprometidas com a classe dominante; mas sim, que é necessário entendermos o significado e a importância dessa prática na construção de uma democracia substantiva, onde a organização se dê pelas bases e através delas se reinterprete o Estado.

Contudo, essa questão não é tão simples, pois se de um lado a prática coletiva está se ampliando e mostrando mecanismos importantes para a construção de uma nova sociedade, do outro lado se nota a necessidade de uma organização mais ampla e de maior força política para ser exercida a vontade popular. E é justamente no confronto dessas duas questões - a manutenção da democracia e iniciativa interna dos grupos e a necessidade de institucionalização da organização das classes trabalhadoras para o confronto político das classes - que se coloca nossa tarefa. É nesse momento que temos como obrigação o estudo e crítica das práticas ante

riores, em vista de um melhor posicionamento como educadores e políticos que somos.

2. A Relação Entre o Técnico de Educação e as Bases

Quando se pretende abordar a questão da Educação Popular, de início sentimos a necessidade de explicar o que entendemos por "educação", o que entendemos por "popular" e mais ainda, o que significa essa combinação entre o processo educativo e o seu caráter popular. No primeiro dos pontos não se encontram grandes motivos de divergência. Embora não signifique que haja consenso em torno da questão, é a educação geralmente encarada como "o processo pelo qual a aprendizagem se desenvolve resultante do conjunto de ações e de troca de experiências entre uma pessoa e outra pessoa, entre uma pessoa e um grupo, ou entre um grupo e outro grupo". Isso dito desta forma é bastante sumário, mas suficiente para seguirmos por enquanto o desenvolver do raciocínio. Agora, quando vamos definir o que seja "popular", a coisa já se complica um pouco e entram em pauta duas antigas questões: o popular se definindo pelo caráter ideológico da questão, isto é, pela compreensão e postura na busca do cumprimento do papel da classe explorada; ou pela posição que os indivíduos ocupam no processo produtivo (ou seja, pela posição de "classe em si").

Querendo contribuir para a discussão metodológica de educação popular, tentaremos caracterizar três tendências nos trabalhos educativos ora desenvolvidos.

a) Uma primeira tendência concebe a consciência como um elemento importante numa classe social que desempenha um papel de transformação de uma sociedade. Para essa tendência, a Educação Popular tem como objetivo despertar essa consciência nos grupos/populações aos quais se dirige diretamente o trabalho de educação, ou seja: a educação é um mecanismo para viabilizar a consciência de classe.

O processo de educação se caracteriza, sobretudo, pela doutrinação, a partir de uma compreensão teórica dos "agentes" do que sejam os interesses da classe e de como ela deve se organi

zar. Nesse caso, é do "agente" de educação que vai depender o rumo do processo, seus recuos e seus avanços. São desconhecidas, na maioria das vezes, as formas pré-existentes de organização da população e seu nível de consciência real (que sempre aparece sob formas encobertas, confusas e mescladas de interesses dominantes).

Essa tendência considera a consciência de classe, enquanto referência teórica, como uma meta a que devem chegar os grupos e/ou populações com seus passos determinados, através da imposição de ação, sem considerar, no entanto, sua consciência real, seus interesses já sistematizados e compreendidos como interesses de classe, assim como seus interesses mais imediatos de cada momento. Percebe-se pois que a direção do processo é assumida pelos "agentes" de educação, e é esse papel de liderança e vanguarda que fundamenta o significado do conceito de "agente" dado ao técnico em educação popular. É ao técnico de educação que cabe o papel chave no processo de transformação.

Tal compreensão caracteriza-se por uma defasagem (jamais superada) entre a teoria que orienta a prática do "agente" e a prática concreta desenvolvida pelas lideranças, grupos ou populações locais.

Como decorrência de interferências educativas com essa orientação, constatamos a dependência dos grupos/populações para com os "agentes" no que se refere às ações a serem desenvolvidas; o truncamento das iniciativas das reais lideranças locais; a facilidade de desmobilização, causada pelo distanciamento para com as bases; bem como a vulnerabilidade do trabalho às investidas da repressão.

- b) Ao contrário da tendência descrita no item anterior, uma segunda corrente de pensamento tende a negar a importância da teoria no processo educativo e, em contrapartida, supervaloriza tudo o que vem do povo: suas idéias, atitudes e ações.

O principal critério para caracterizar o que vem a ser popular (ou "classes exploradas"), é então o ter ou não riquezas, is-

to é, ser pobre ou rico. Dessa forma vê como importante trabalhar junto aos pobres por considerá-los como marginalizados do processo de acumulação de riquezas sem, no entanto, levar em conta o papel de cada categoria ou classe social no processo produtivo.

Como decorrência desta visão, existe a propensão de serem tomadas como verdadeiras e representativas dos reais interesses das classes exploradas todas as manifestações expressas por grupos ou pessoas isoladas, sem contudo, distinguir o que elas têm de realmente legítimo do que é reflexo dos valores dominantes na sociedade. Noutras palavras: essa tendência vê o povo como imune da infiltração e incorporação dos interesses que não sejam os próprios de sua classe, interesses e valores constantemente difundidos pelos meios de comunicação, escolas, igrejas, assim como por todos os mecanismos encontrados pelo Estado para garantir a dominação de uma classe sobre a outra.

Essa visão de povo, romântica, purista e ingênua, acarreta uma necessidade de "protegê-lo" contra a investida de intelectuais, políticos, e demais elementos da pequena burguesia, por recear a quebra da pureza do povo, e evitar a infiltração de comportamentos intelectuais, populistas, oportunistas, etc. - sem no entanto colaborar para a superação desta questão, por não desenvolver uma prática educativa que possibilite uma posição crítica e questionadora dessas populações frente às mais diversas interferências.

Assim, o trabalho educativo se traduz numa prática espontaneísta, chegando mesmo a desprezar outras experiências que poderiam auxiliar na reflexão da prática desenvolvida a nível local, acreditando que "o povo encontrará seu caminho" a partir somente da reflexão de sua própria situação de vida. Essa postura acaba, no fundo, assemelhando-se ao tipo de atitude que combate (chamada de "manipulação"), e costuma tratar o trabalho como "propriedade privada" dos educadores.

c) Os dois posicionamentos anteriores se apresentam polarizados e definem as tendências gerais em que muitos trabalhos incorrem, embora com nuances diversas, destacando-se de formas variadas, diferentes aspectos numa ou noutra experiência.

Vê-se pois, que ambas as tendências devem ser criticadas por não relacionarem corretamente a teoria e a prática, tendendo aos equívocos do espontaneísmo ou do dogmatismo. Além disso, no nível da organização, elas levam a duas posições opostas, mas igualmente incorretas:

- 1º) A necessidade de pessoas "conscientes", pertencentes a outro segmento social, para assumirem a direção do movimento, apresentando propostas acabadas (mesmo que sejam fruto de formulações tão somente teóricas), ocupando o lugar das lideranças locais;
- 2º) O crédito no avanço das classes exploradas a partir, tão somente, das contradições por elas sentidas, no nível econômico ou específico, de forma espontânea, desprezando o valor da organização e do papel das lideranças.

3. Conclusão

Acreditamos que, no processo de educação popular, devemos ter claro que os verdadeiros agentes de mudança são as massas populares, os trabalhadores. São eles que deverão se organizar e ocupar o seu papel de liderança na transformação social. Portanto, nosso papel deve ser de nos colocarmos a serviço dessa tarefa, como força auxiliar, que possibilite uma interação entre a teoria e a prática desenvolvida pelos grupos. Devemos pois:

- . Apoiar as iniciativas coletivas procurando distinguir junto aos grupos, as manifestações de caráter mais transformador num processo mais geral;
- . Intercambiar nosso conhecimento teórico com a prática desenvolvida por grupos, lideranças, no sentido de ampliar sua visão de mundo e compreensão do seu papel político no processo de mudança;

- . Favorecer a articulação e organização dos grupos, obedecendo a mecanismos que possam ser por eles continuados e assumidos;
- . Apoiar e divulgar as lutas e as conquistas tanto específicas como gerais, econômicas e políticas;
- . Ajudar na documentação necessária para que seja escrita a história a partir das classes dominadas;
- . Manter constante articulação com grupos, equipes e pessoas, que desenvolvem algum trabalho de educação popular, a fim de obtermos maior clareza quanto ao nosso papel, através da discussão sobre as questões que estão sendo colocadas pela prática, assim como procurar formas de capacitação conjunta no sentido de facilitar a compreensão política do trabalho educativo;
- . Estudar e pesquisar sobre a realidade histórica, econômica, social e política da realidade, e a partir dela nos posicionarmos quanto à estratégia e táticas mais adequadas.

4. Algumas Questões

- *Como e em que medida nosso trabalho pode ser incorporado e fazer avançar o movimento popular?*
- *Como a compreensão deste trabalho (instrumento) pode ir se aclarando, para que ele seja colocado realmente a serviço do povo?*
- *Que contribuições concretas temos a propor dentro da especificidade de cada grupo?*
- *Como o trabalho específico de um grupo poderá contribuir com os demais?*
- *Que tarefas são necessárias para manter o trabalho articulado?*

Com a publicação dessas entrevistas com destacados estudiosos de problemas agrários no Brasil, PROPOSTA pretende contribuir para o aprofundamento, por parte dos agentes de intervenção social em áreas rurais, de sua visão sobre o contexto social em que atuam.

A contribuição dos entrevistados para o debate acerca do destino histórico do campesinato e, em geral, das classes sociais no campo, é bastante conhecida. A obra de Alberto Passos Guimarães, "Quatro Séculos de Latifúndio", além de ter-se tornado um clássico sobre a questão agrária no Brasil, tem a marca do profundo comprometimento de seu autor com a resolução do que ele chama de "o maior problema brasileiro", a saber, a permanência do latifúndio como obstáculo do desenvolvimento capitalista no país. Por sua vez, Otávio Guilherme Velho, professor do Departamento de Antropologia do Museu Nacional, autor do livro "Capitalismo Autoritário e Campesinato", tem um pensamento marcado pela ênfase que dá à relação entre o político e o econômico, resultando daí a identificação de diferentes vias de desenvolvimento capitalista, entre as quais a via que predominaria no caso brasileiro, o "capitalismo autoritário".

As entrevistas que se seguem revelam a preocupação que orientou a formulação das perguntas, visando a retirar a questão do plano puramente teórico, sociológico, e propiciar a abordagem das perspectivas que se abrem para as massas rurais no plano político, suas formas de organização e suas experiências de luta. Assim, o leitor de PROPOSTA poderá verificar que mesmo os aspectos abordados de forma mais abstrata são frequentemente retomados pelo ângulo de suas implicações políticas imediatas. Os depoimentos que ora publicamos não espelham visões cristalizadas dos processos de transformação em curso no campo brasileiro, mas antes revelam a sensibilidade dos seus autores para o fato de que as alternativas que ali deverão se impor historicamente têm a própria luta como um dos elementos do processo, conforme as próprias palavras de Otávio Velho.

P: Como o Sr. vê atualmente, em termos de importância relativa, o campesinato e o proletariado agrícola brasileiro? O tão falado desenvolvimento do capitalismo no campo tem se dado às custas da dissolução da economia camponesa no Brasil?

R: A tese do desaparecimento do Campesinato em geral com o desenvolvimento do capitalismo é uma tese defendida no Brasil por vários autores, inclusive por Maria Isaura Pereira de Queiroz. Mas temos que partir de um conceito de camponês. Se nós considerarmos que o campesinato é um conceito amplo, que inclui desde os pequenos produtores, os minifúndios até uma parte da agricultura capitalista que é também camponesa, os chamados camponeses ricos, aí nós temos uma faixa realmente respeitável em números e produção. Quer dizer, até o Censo de 70 as propriedades até 100ha que têm características camponesas (eu acho que no Brasil até 100ha ainda nós descobrimos características camponesas, quer dizer uma alta participação dos membros da família na produção) têm uma participação maior na produção de vários gêneros, inclusive gêneros de exportação. Com exclusão da cana-de-açúcar, onde há maior participação das propriedades latifundiárias, os principais produtos, principalmente aqueles gêneros de alimentação provinham de propriedades menores de 100ha. Então ao contrário de uma tendência ao desaparecimento do campesinato no Brasil o que nós vemos é uma ascensão numérica e uma participação cada vez maior na produção, que em certos anos pode reduzir-se, mas que vem se mantendo mais ou menos alta, da economia camponesa. E acontece além disso mais uma coisa: o que se pode chamar de caráter familiar da economia, da agricultura, vem se acentuando no Brasil. Os dados censitários mostram que o número de membros da família na população economicamente ativa do campo, vai aumentando em número relativo e em detrimento do número de empregados assalariados. Então não só o número de propriedades camponesas tem aumen

tado, quer dizer o número de minifúndios passou de 700 mil em 1950 para 2 milhões e tanto. O número de unidades camponesas aumenta e o número de membros da família não remunerados aumenta em detrimento do número de assalariados. Não há razão nenhuma para supor que haja uma descamponeização mas ao contrário disso a economia agrícola brasileira está se acamponeizando, o que não exclui no polo oposto, a existência de grandes propriedades rurais, algumas em níveis de produção altamente sofisticadas. São propriedades capitalistas no sentido da utilização de insumos modernos mas não são propriedades capitalistas no sentido da liberdade de venda da força de trabalho, da liberdade de locomoção e das liberdades em geral que deve ter um trabalhador seja ele do campo ou da cidade. A este fenômeno de transformação dos latifúndios tradicionais em latifúndios capitalistas, nós temos chamado de modernização conservadora, quer dizer é uma aparente e superficial modernização tecnológica que não é seguida da preparação do homem para produzir dentro destas novas condições. Muita gente confunde as aparências com a realidade, acha que há um desenvolvimento capitalista intenso no Brasil pelo fato de terem surgido empresas agro-pecuárias dotadas de equipamentos agrícolas modernos e com a adoção de insumos também modernos, mas o fato é que o homem não está se modernizando. Ainda há traços bastante fortes pré-capitalistas na feição do trabalhador rural.

Eu acho que as transformações capitalistas no campo seguem um determinado modelo que não é o modelo ideal. Ele corresponde ao modelo altamente concentracionista das propriedades, das rendas, que visa de certo modo a criar um mercado para os insumos modernos, que, diga-se de passagem são produzidos por empresas multinacionais, produtoras de tratores, de colhedadeiras, de auto-motrizes, de produtos químicos, defensivos, etc., toda esta coletânea de insumos modernos que são produzidos por grandes empresas sofisticadas e multinacionais. Então cria-se um mercado para isto, através da transformação do latifúndio tradicional em latifúndio moderno. Estas transformações que podem ser consideradas capitalistas e de fato são, e são mais do que isso, são

transformações do que é tradicional num capitalismo monopolista, que toma por base grandes empresas multinacionais fornecedoras desses insumos, etc., processadoras dos produtos agrícolas. Estas transformações capitalistas que existem não incluem o homem na sua forma fundamental. A essência do trabalho assalariado capitalista é a plena liberdade que tem o homem de vender sua força de trabalho e poder conduzir-se como um homem livre dentro da empresa a que ele serve, a quem ele vende sua força de trabalho. Mas não é o que acontece no Brasil. Então no Brasil, o homem, o trabalhador rural é um homem desnutrido, desassistido, doente em geral, cujo nível de produção é muito baixo... o nível de produtividade é muito baixo. Então aquilo que não se dá ao homem, que se troca por uma técnica sofisticada não basta. O resultado é que apesar de uma alta sofisticação tecnológica em certas culturas, como a do trigo, a da cana-de-açúcar, de certo modo a do arroz, o rendimento destes produtos por ha é tão baixo quanto o da Europa há 100, 200 anos, quando prevalecia a tração animal como a principal força de tração. Então se investe uma fortuna, se super-equipam estes latifúndios mas não se obtém um rendimento correspondente. Porque? Porque não se investe no homem, não se dá ao homem aquelas características novas que têm que acompanhar as transformações tecnológicas. E pode-se até dizer que é devido a isso, o baixo rendimento das novas empresas rurais inclusive das mais bem dotadas estão ainda atrasadas de 100 a 200 anos em relação aos padrões europeus por exemplo.

P: O Sr. considera que o monopólio da terra constitui ainda o eixo da questão agrária?

R: Por esse quadro que eu tracei vê-se que essa é a principal influência. Enquanto o Sr. de terras compra tratores e colhedoras e instrumentos mecânicos de alto nível tecnológico, ele continua a ser o senhor de terras de antigamente, ele não mudou. E se ele mudou, se o proprietário disso mudou, se é uma terra que pertence a uma sociedade anônima, o senhor de terras transfere as suas condições pré-capitalistas, seus métodos, seus processos pré-capitalistas para um capataz que vai executar aquelas

tarefas que ele delega da mesma maneira que há 300 anos um senhor de escravos executava ou com nuances muito leves. De fato é isso que se vê. O resultado do capitalismo aparece na produtividade, no lucro. O lucro é em geral baixo, porque ninguém pode negar um fato que é histórico. A agricultura deixou de ser no conjunto uma atividade econômica, deixou de ser uma atividade auto-sustentável. Não só no Brasil, como em qualquer parte do mundo a agricultura vive de subsídios. Não há uma agricultura hoje que deixe de receber do Estado qualquer forma de subsídio. Essa é uma razão ou a principal razão da crise agrária. A agricultura mudou a sua estrutura, ela hoje exige capitais muito elevados para operar. Isso diminui a taxa de lucro, em virtude da composição orgânica do capital. Nas empresas mais capitalizadas a taxa de lucro é menor em virtude dos altos custos decorrentes dos insumos artificiais que ela usa e do equipamento mecânico, combustível, etc. que ela tem que adquirir. Elas, além disso, além de terem elevados os seus custos elas não podem transferir estes custos para o consumidor, porque numa sociedade dita industrial, prevalecem aquelas exigências e os interesses da indústria. A indústria, primeiro, ao adquirir matérias-primas ela o faz pelos menores preços possíveis, portanto ela pressiona a agricultura para baixar os seus preços. Por outro lado, a agricultura produtora de alimentos é um fator importante na elevação da taxa de lucros na indústria, porque em países principalmente como o nosso, menos desenvolvidos, a alimentação representa 50%, 70% dos salários, das despesas dos trabalhadores. Então qualquer aumento nos preços dos gêneros alimentícios irá resultar numa pressão por alta de salários. A indústria tem este duplo objetivo: primeiro, reduzir os custos das matérias-primas o que é facilitado pela organização monopolista do mercado de matérias-primas e segundo, reduzir ao mínimo os custos, os preços dos gêneros de alimentação para que eles não contribuam para a alta dos salários. Por aí se vê que há uma briga entre o Ministério da Agricultura e da Fazenda. O Ministro da Agricultura querendo elevar os preços e o Ministro da Fazenda querendo impor preços menores. Sempre há essa discussão pelo menos no Brasil, que se processa

anualmente através da Comissão de Financiamento da Produção, quando se dá o contato entre os dois ministérios. Um expressando os interesses da indústria e outro expressando os interesses da agricultura.

P: A seu ver, posseiros e pequenos proprietários colocam-se face a essa questão, da mesma forma que os trabalhadores das grandes explorações, do tipo moradores e colonos?

R: Eu uso um nome genérico que abrange posseiro, pequeno proprietário, que eu chamo explorante. O Censo usa, por exemplo, "respassável pela exploração". Aqui realmente é preciso distinguir duas categorias que existem no campo: campesinato que abrange todos os que exploram a terra, seja a título de posseiro, ocupante ou proprietário, ou de arrendatário também. Constituem as propriedades de mínima dimensão, que eu considero como limite arbitrário - 100ha. De outro lado, estão os trabalhadores assalariados que constituem uma outra categoria com interesses diferentes. O campesinato tem interesses semelhantes ao da pequena burguesia ou da burguesia rural e os trabalhadores estão num outro polo, porque são assalariados de camponeses pequenos e camponeses grandes. Estas são duas categorias que podem estar juntas por determinadas aspirações mas podem se separar desde que seus interesses entrem em conflito. Como patrões e empregados eles não podem entender-se da mesma maneira que patrões e empregados em qualquer atividade capitalista. Agora, como camponeses eles têm interesses comuns porque visam por exemplo, a pagar menos impostos, a obter melhores preços para seus produtos, a baixar os custos dos arrendamentos, inclusive ambos sofrem do mesmo modo as elevadas taxas de valorização das terras, que no Brasil tem sido muito altas nos últimos anos. Há dados que mostram que até 1976 havia uma valorização em termos reais de cerca de 30% ao ano, o que é um absurdo. Isso aliás está acontecendo em todo o mundo.

P: Aceitando a premissa de que a questão da democracia corresponda a um anseio do campesinato, gostaríamos de saber como o Sr. vê as perspectivas dessa luta camponesa, uma vez que os camponeses parecem estar contidos numa posição puramente defensiva, pela conservação da posse da terra contra a exploração? Quais são os seus aliados nessa luta?

R: Não se pode de modo nenhum desconhecer a importância que tem a luta democrática para a melhoria dos padrões de vida no campo, seja dos camponeses, seja dos assalariados rurais. Esse é um dos aspectos em que camponeses e assalariados rurais estão juntos. Eles dependem de condições democráticas para reivindicar as melhorias a que aspiram. Isso do ponto de vista técnico, profissional, do ponto de vista operacional. E também do ponto de vista político. Não é por acaso que nós não temos, nunca tivemos no Brasil um partido camponês. A própria existência do campesinato é ainda reconhecida por poucos, muitos até ignoram. Um dos aspectos fundamentais da luta democrática dos camponeses está na democratização da propriedade rural, que no Brasil é altamente centralizada, concentrada, e portanto aristocratizada. Nesse sentido a Reforma Agrária é um caminho para a democratização da propriedade, para democratização da renda, melhor distribuição da renda no campo e para dar os fundamentos do regime democrático. Não se ignora que em nossa história nós temos vivido mais tempos de arbítrio do que tempos democráticos. Isso tem as suas raízes principalmente no campo. Todos os movimentos contra-revolucionários visam principalmente extinguir, eliminar os movimentos camponeses ou de assalariados agrícolas. Depois de 1964, sabe-se que os primeiros a serem atingidos foram os operários rurais, os camponeses através das Ligas Camponesas, que eram tidas como verdadeiros demônios, inimigos da humanidade. Eram pobres homens que apenas lutavam por condições melhores que eles nunca tiveram na história brasileira.

Sobre as perspectivas dessa luta, pela democracia rural, pela democracia no campo, eu vejo como caminho indispensável a Reforma Agrária. Isso não interessa apenas aos trabalhadores rurais e aos camponeses. Interessa, também, fundamentalmente aos trabalhadores urbanos, porque não havendo condições no campo para uma vida melhor desses trabalhadores, as migrações para as cidades tendem a aumentar, a avolumar-se neste próximo futuro. Nós temos uma super-população relativa, no Brasil, enorme. E essa população não está sendo absorvida pelo desenvolvimento urbano-industrial. Os dados estatísticos mostram

que uma parte considerável das migrações do campo para as cidades se desloca para o que se chama de setor terciário: comércio, serviços e atividades menores. As atividades industriais mesmo quando o Brasil alcançava taxas bastante altas de desenvolvimento, de crescimento do produto nacional bruto - 10, 11% como alcançou em certos anos, mesmo durante esta fase o crescimento das indústrias não dava para absorver as migrações rurais. Então, criam-se nessas ocasiões o que no século XIX chamavam-se as classes perigosas, que são um segmento da superpopulação relativa, que é formada pela parte mais pobre, mais desesperada, dos mendigos, pelos desempregados e também pelo que se costuma chamar população marginalizada. Esse conjunto, que no século XIX se chamava classes perigosas está aumentando no Brasil. E as consequências disso nós vemos pelo aumento das taxas de criminalidade urbana e pela incapacidade que a sociedade e as autoridades têm, mostram ter, confessam ter de não poder modificar a situação. Como todos nós sabemos o crime praticamente se transferiu do campo para as cidades, os efeitos da miséria rural explodiam no campo antigamente, através de formas de luta como o cangaço, os fanáticos etc... Hoje não se vê mais isso. Um outro aspecto das consequências da superpopulação relativa é a criação do exército de reserva do trabalho. Eu acho que no Brasil nós deveríamos conceituar melhor como exército de reserva do trabalho do que de exército de reserva industrial. Porque na realidade é um conceito mais amplo. Está se formando um mercado que reúne os excedentes que se transformam em reserva da indústria e também os excedentes que se transformam em reserva de outras atividades, atividades urbanas ou atividades rurais. O trabalhador volante, por exemplo, é um trabalhador nômade e que pode ser incluído como reserva do trabalho rural, não industrial. Então, esse conceito de exército de reserva tende a abranger um maior número e mais amplas categorias do que o exército industrial. O que se está formando, num país como o nosso, ainda não desenvolvido ou completamente desenvolvido, é este tipo de excedente, de exército de reserva. A medida em que aumenta o exército de reserva do trabalho, pioram as condições dos trabalhadores urbanos, porque este exército de trabalho como cresce além dos níveis que podemos chamar de normais, ele produz

um efeito depressivo nos níveis salariais. Então, os trabalhadores urbanos são prejudicados por esse desequilíbrio demográfico que se expressa através da superpopulação relativa, dos excedentes de população no campo. Na medida em que esses excedentes se dirigem para os centros urbanos ou proximidades dos centros urbanos, eles influenciam no sentido de deprimirem os níveis salariais. É do interesse de todos os trabalhadores urbanos de se irmanarem com os trabalhadores rurais, os camponeses inclusive, para obterem melhores condições de vida no campo, porque só assim se poderiam reduzir os afluxos de trabalhadores em número acima das possibilidades de absorção das atividades urbanas e industriais. Isso leva os trabalhadores urbanos a se organizarem não só para obter melhores condições de vida como também para ajudarem os trabalhadores do campo a resolverem os seus próprios problemas. Essa é a razão porque os trabalhadores urbanos se empenham, também, por uma solução do tipo de uma Reforma Agrária que compreenderá necessariamente a divisão da terra, a distribuição melhor dos meios de produção, a distribuição melhor da renda e a elevação dos níveis de vida das condições sub-humanas atualmente existentes para pelo menos condições que se aproximem daquelas condições humanas. A forma como se dará a participação dos assalariados agrícolas e também dos camponeses nas lutas das massas rurais depende dentro das condições atuais, que nós estamos vivendo no Brasil, do máximo que eles recebam de ajuda de todos os que vivem nos centros urbanos. Acho que se torna bastante claro que a emancipação dos trabalhadores rurais depende muito deles e do campesinato pobre inclusive também depende muito dele, mas não há porque deixar de reconhecer que eles estão com condições de atraso tais que não podem dispensar ajuda de todas as populações urbanas ou pelo menos as populações mais esclarecidas da cidade. Quando houve a abolição da escravatura muito se deveu à participação dos próprios escravos que começaram a fugir, a debandar, a se insurgir contra a barbaridade do tratamento que eles recebiam mas para isso eles foram despertados por uma intensa campanha da parte mais progressista da população na luta abolicionista.

- P: Com o desaparecimento das Ligas Camponesas, os sindicatos de trabalhadores rurais se tornaram a forma de organização principal, senão exclusiva das massas rurais. Qual seria, a seu ver, o balanço da atuação dos sindicatos de trabalhadores rurais nos últimos anos? E como se dá a participação dos assalariados agrícolas nas lutas das massas rurais hoje no Brasil?
- R: Eu acho que os sindicatos de trabalhadores têm um papel decisivo nesta luta e podem ser os herdeiros das Ligas Camponesas naturalmente depurados dos vários erros que foram cometidos. Mas eu acho que é ainda um outro tipo de organização que se faz necessária no campo. Os sindicatos dos trabalhadores rurais apesar de incluírem camponeses pobres, que são também parcialmente assalariados, eles excluem outras camadas de camponeses, então deveria haver uma associação entre os interesses dos assalariados e os interesses dos camponeses pobres e médios. Se nós analisarmos as diferentes camadas da população camponesa nós vemos que os assalariados rurais e os camponeses pobres têm interesses quase iguais, com apenas uma diferença que mesmo os camponeses pobres podem eventualmente se transformar em patrões em determinadas épocas do ano. Nas épocas de colheita, por exemplo, as vezes o camponês pobre precisa do trabalho assalariado para proceder a sua colheita, e outros trabalhos desse tipo. Mas em geral, os camponeses pobres e os assalariados rurais têm interesses muito próximos. Mas além disso o apoio dos camponeses médios é fundamental. Não pode ser desprezado. Nós devemos formar no campo uma frente tão ampla contra o sistema latifundiário, quanto pode servir para as cidades. Os inimigos dos camponeses e dos assalariados, os principais inimigos deles, são um grupo muito reduzido, uma elite de grandes latifundiários que na realidade conduzem a política rural no Brasil. Mas são poucos esses chamados líderes das classes produtoras, é um grupo mínimo ao qual agora vem se juntar as multinacionais que recebem de presente verdadeiras mamatarias como o projeto Jari, Vale Cristalino da Volkswagen e várias outras multinacionais que estão recebendo de presente uma parte considerável do Brasil.

De modo que eles são em número reduzido mas são muito fortes, e a organização rural por uma Reforma Agrária, por melhores condições de vida, pela melhor distribuição da renda, pela distribuição melhor dos meios de produção, deve ser sustentada, apoiada por uma Frente Ampla, que não só deve abranger os camponeses pobres, os assalariados rurais, mas também os camponeses médios e alguns também camponeses mais abastados.

O sindicato desde que ele tenha interesse específico ele se coloca via de regra e em geral como um reivindicador de melhores condições de trabalho e salário. São empregados rurais que reivindicam contra os patrões rurais. Mas muitos desses patrões rurais têm interesses comuns em outros aspectos com os assalariados. Eles não combinam bem em relação ao pagamento de salários, nas disputas salariais, mas se unem por muitas outras reivindicações. Mas o sindicato é por definição anti-patrão, ao passo que quem defende os interesses dos camponeses médios e pobres... há associações que incluem estas categorias creio que, porque se nós falarmos de associações rurais apesar delas abrangerem uma parte do campesinato médio e alto, elas são dirigidas pelos grandes, pelos patrões, grandes agricultores. Creio que no campo ainda está faltando uma forma de coordenar os interesses e aspirações dessas camadas: os camponeses pobres e médios, principalmente os camponeses médios.

Quando se trata de camponês pobre, o problema não é realmente grave porque os camponeses pobres admitem eventualmente assalariados, assim como se assalariam. Em relação aos camponeses médios que já tem um número razoável de assalariados, pelo menos não são excepcionalmente patrões, a presença deles no mesmo sindicato pode criar problema, porque as reivindicações são diferentes. Em todo o caso como há mais facilidade em se criar sindicatos rurais do que outras organizações, talvez fosse o caso de reativar ou ativar as associações rurais que existem. E com a participação dos camponeses médios em maior número, talvez aí se pudesse transformar essas associações em órgãos reivindicativos das aspirações deles.

P: Como o Sr. vê, do ponto de vista das lutas atuais e futuras do campesinato a atuação da Igreja, CPT e agentes pastorais?

R: Sobre a atuação da Igreja, principalmente da Comissão Pastoral da Terra, elas merecem realmente o apoio e devem merecer o maior apoio de todas as pessoas que têm um mínimo de sensibilidade para esses problemas. De fato muito tem sido feito pela Igreja, principalmente nesta fase selvagem da luta pela posse da terra em que a grilagem campeia desenfreada; é verdadeira a utilidade e eficiência dessas pessoas que estão mais próximas dos trabalhadores rurais, principalmente do clero. A eficiência do trabalho deles neste sentido é inegável e merece o apoio das pessoas que querem modificar o quadro rural, melhorando a situação desse povo que vive no campo.

P: Como vê atualmente em termos de importância relativa o campesinato e o proletariado agrícola brasileiro? O tão falado desenvolvimento do capitalismo no campo tem-se dado às custas da dissolução da economia camponesa no Brasil?

R: Eu acho que é uma pergunta muito importante no sentido de que todo mundo está se perguntando isso. Acho que a resposta mais justa também é a mais óbvia, no sentido de que o desenvolvimento do capitalismo no campo não tem uma forma única, existem muitas formas pelas quais ele se dá, e a minha tendência natural, atualmente, talvez seja um pouco essa de relativizar a idéia da proletarização na medida em que isso aí apareceu com muita força na literatura recente, esta insistência na proletarização do campo. Eu acho que nisso existe também o perigo de que o papel intelectual do antropólogo, quer dizer a sua identidade profissional, fique ligado simplesmente à idéia de ser advogado do diabo. Então, se estão falando em proletarização, nós vamos provar que não está havendo proletarização, o que, nun certo sentido, eu acho que é muito pobre. Acho que eu não estaria nessa, embora, eventualmente, em contextos específicos de discussão, isto possa aparecer desta forma. Eu creio que temos de ter uma visão assim mais complexificada dessa coisa. E mesmo essa coisa de proletário e camponês, mesmo aí também é muito geral a resposta se é camponês ou se é proletário. A minha experiência recente tem sido muito no sentido de destrinchar um pouco o que está se entendendo por camponês; acho que quando está-se falando de camponês há muitas coisas diferentes implícitas por debaixo desse rótulo e mesmo, senão proletário, pelo menos proletarização, processo de proletarização eu acho que também não deve ser lido de uma maneira única. Quando se fala em proletarização ou em expropriação, a experiência da gente é que isso toma muitas formas. Algumas delas alcançam um limite, quer dizer que você pode chegar a ter o proletário no sentido estrito, quando existem muitas formas

de expropriação e proletarização que não necessariamente chegam a um limite. Formas de proletarização e expropriação parciais. Por exemplo, expropriação: o sujeito pode ser expropriado de muitas coisas que não sejam simplesmente o seu pedaço de terra. Ele pode ser expropriado de uma série de outras coisas, de uma série de outros canais e acessos e veículos que ele tem, por exemplo de comercialização, e que se tornam inacessíveis a ele. O seu acesso à terra pode ser limitado sem ser absolutamente abolido, ele pode ter que obedecer a determinadas regras a que antes ele não obedecia, como, por exemplo, no caso do Maranhão: o sujeito não poder mais ter acesso livre aos babaquais. É uma forma de expropriação, mas isso é uma forma de expropriação que não implica necessariamente que com isso ele vá se transformar num proletário em sentido estrito, no seu sentido assim mais restrito, isso por um lado. Por outro lado, aquela famosa história do sujeito que tem algum tipo de acesso à terra, o qual pode ser um acesso muito indireto no sentido de se dar através da mediação de um proprietário legítimo, como ocorre com parceiros, arrendatários, etc. Se, de uma maneira ou de outra, eles podem, de qualquer forma, ter um acesso à terra, por outro lado eles têm também alguma forma de trabalho proletário, digamos assim. Neste caso a tendência, digamos assim, mais pró-camponês, seria, de certa forma, no sentido de sempre ver esse trabalho proletário como sendo uma espécie de apêndice ou de complemento do trabalho na terra enquanto camponês propriamente, mas isso depende da perspectiva através da qual você olha a coisa. Isso pode ser visto dessa maneira como pode ser visto da perspectiva inversa. Acho que há várias maneiras pela qual a coisa pode ser vista. Então há esse tipo também de semi-proletarização. O cara tem terra mas trabalha fora, enfim acho que há todas essas nuances que têm que ser examinadas. Não há dúvida nenhuma, no entanto, de que me parece que há uma tendência muito forte, no modo do desenvolvimento capitalista brasileiro dominante, a uma proletarização lato sensu de uma forma ou de outra. Refiro-me a esse modo de desenvolvimento capitalista nesse sentido mais geral que eu tenho empregado para não me referir apenas a uma lógica econômica mas realmente a todo um

modo, um estilo, um padrão que é também político, e que envolve não só formas mais institucionalizadas de desenvolvimento do processo mas as formas que a gente sabe as mais violentas mesmo de expropriação que estão aí. Nesse sentido acredito que uma certa defesa do camponês tem também um sentido político que não deve ser ignorado. Uma coisa que, no Maranhão, por exemplo, nessa viagem recente deu para perceber, é que por um lado se dá essa proletarização; numa região em que nós estivemos no Maranhão as duas coisas se dão simultaneamente: uma proletarização, se você quiser; e, por outro lado, o famoso êxodo, a famosa migração, numa área como essa. E talvez até as duas coisas ao mesmo tempo; vêm juntas e ao mesmo tempo, e uma de alguma forma relativiza a outra. Talvez haja muito mais o êxodo do que propriamente a proletarização, no que diz respeito, pelo menos, àquela área em sentido estrito. E ao lado disso deu para perceber também uma coisa que fica mais escondida inclusive quando, politicamente, nós colocamos as grandes questões. Uma vez que nesse tipo de pergunta quase que há um compromisso, às vezes há uma espécie de um compromisso implícito e uma certa simplificação, às vezes fica até difícil você dizer para uma pessoa que esteja comprometida politicamente que não é só a expropriação que está acontecendo nessa área em que nós estivemos. Existe também, no que diz respeito a determinados estratos camponeses, a tentativa de se adaptarem a um processo mais geral que eles não controlam. Mas tentam garantir alguma coisa e há adaptações que me impressionaram muito, agora no Maranhão, porque fogem muito ao padrão camponês a que eu estava mais acostumado.

P: Mas adaptação por parte dos próprios...

R: Dos próprios camponeses. Por exemplo, uma diferenciação interna do campesinato, se você quiser, que eu achei muito interessante nessa área, é uma diferença entre aqueles que se mantêm, que mantêm como modelo de tenência da terra, para usar a expressão espanhola, a terra livre, e aqueles setores que tentam realmente se adaptar a um processo geral, que eles não controlam, de passagem de um sistema de terra livre para um sistema de parcelamento, onde o que sobressai enormemente no caso do parce-

lamento é a expropriação, a transformação, o cercamento dos campos e as grandes propriedades. Mas esse processo geral abre para determinados setores a possibilidade de eles tentarem realizar essa passagem, da terra livre para seu próprio parcelamento. Então me pareceu muito evidente, no caso desse campesinato da área, essa diferenciação entre aqueles que tentam realizar esta passagem (embora não esteja garantida de maneira alguma essa possibilidade) e aqueles que não tentam ou não podem tentar realizar esta passagem e então para esta parte, que é a maioria sem dúvida nenhuma, as perspectivas para eles são realmente só a proletarização ou a migração.

P: Seriam coisas, como por exemplo, a prática cada vez mais difundida de plantar árvores, fruteiras, coisas que antes não estavam nas preocupações?

R: Exatamente. Por exemplo, nesta área em que nós estivemos, três coisas que apareceram bem claramente. A cultura permanente, que nesta área é basicamente de banana e de laranja e a pequena criação de gado. Isso aí achei muito interessante, inclusive acho que pra mim deu muito o que pensar em termos das nossas próprias formulações a respeito do que seja uma economia camponesa. Por exemplo, a famosa idéia da alternatividade entre auto-consumo e mercado: de certa forma essa opção deles prejudica mais ou menos esse tipo de alternatividade - que nós sempre colocamos como sendo uma coisa muito central - em função, não de uma lógica interna no funcionamento da unidade camponesa, mas em função realmente de um contexto mais geral, político sobretudo, que faz com que eles reajam com essas transformações que eles realizam na maneira pela qual eles se colocam. O que há de comum, me parece, em relação a essas formas no caso do Maranhão é a tentativa de marcar o território, seja através do capim ou da própria cerca, quando eles podem cercar. Não há lógica interna de funcionamento da unidade camponesa que possa explicar porque eles estão fazendo essa passagem.

P: Eu queria insistir na segunda parte dessa pergunta que é o seguinte: com relação à proletarização, por exemplo, ao surgimento de bóias-frias, de trabalhadores expulsos das fazendas de cana-de-açúcar no Nordeste, qual é, na sua opinião a relação entre a dissolução da economia camponesa e a proletarização, nesses processos mais visíveis, pelo menos? Se o ponto de partida dessas transformações deveria ser pensado como economia camponesa? Ou se não seriam processos paralelos? Por exemplo, o surgimento de boias-frias, dessa proletarização que se dá em escala maciça e visível em determinadas regiões do país, se isso tem a ver com o problema da dissolução da economia camponesa. Se também, esses antigos moradores, colonos ou parceiros, devem ser pensados como camponeses?

R: Aí acho que volta aquela coisa que eu havia dito antes, com relação a essa própria noção de camponês, tal como a noção de proletarização e expropriação, que hoje eu estou sentido muita necessidade de complexificar um pouco. No limite pode levar até à explosão da própria noção de camponês, a se perguntar até que ponto ela ainda é uma noção realmente útil. Num artigo que saiu em "The Journal of Peasant Studies", o autor (1) sugere que essa noção de camponês é uma noção que realmente não se realiza historicamente, isso é um rótulo muito geral, que de fato nas análises concretas, inclusive dos clássicos, nas situações concretas aparece muito pouco a noção de camponês por ser realmente muito pouco definível em termos concretos. O que aparece é exatamente isso de que você está falando agora: colono, arrendatário, pequeno burguês, as coisas mais concretizadas. Então, sem dúvida nenhuma, eu acho que essa noção de camponês é pelo menos muito geral para dar conta dessas formas todas a que você estava se referindo antes. Pode ser que essas noções tenham algum sentido, acredito que tenham, para uma espécie de pré-definição de algumas coisas muito gerais que podem de alguma forma se referir a isso tudo de que a gente está falando aí. Mas eu acho que está na hora da gente começar a pensar um pouco mais concretamente em relação a esses vários casos aí, não tratá-los apenas como variante de um tipo geral. Pelo menos não partir desse

(1) "Campe sinato como uma Categoria Econômica". de Judith Ennew, Paul Hirst e Keith Tribe, em "The Journal of Peasant Studies", vol. 4. nº 4 julho de 1977.

pressuposto necessário de que seja apenas variante de um tipo geral. Mas tentar ir mais a fundo em relação a essas coisas mais específicas. Esse é o famoso dilema inclusive das ciências sociais, entre ficar com categorias mais gerais, mais universais e o risco de dissolver tudo no particular sem conseguir chegar ao mais geral. Mas pelo menos eu diria que, para nós, isso daí é uma questão insolúvel, você nunca vai resolver isso, você fica num polo ou noutro, é muito mais a dinâmica mesmo da produção teórica que se fizer que vai nos dizer o que é o mais justo em cada momento. Já que nós temos trabalhado tanto a esse nível em geral de campesinato eu diria que neste momento será mais fértil para nós pensarmos em termos mais concretos para podermos, talvez, mais adiante, dar uma resposta mais segura a esta sua pergunta. Eu apenas desconfio um pouco realmente desta colocação geral de que você também parece desconfiar pela pergunta que você está fazendo, mas eu acho que a gente precisa trabalhar um pouco mais nisso.

P: Pegando a coisa um pouco pelo lado das suas implicações políticas, você considera que o monopólio da terra constitui ainda o eixo da questão agrária no Brasil?

R: Eu tenho dificuldade em responder a esta pergunta porque eu sei que é uma pergunta tão importante e tão central, e ao mesmo tempo eu me sinto bastante despreparado para dar uma resposta a ela assim no sentido geral.

P: Eu acho que tem havido muita discussão, num certo sentido discussões até antigas, sobre os interesses dos assalariados, seria a questão da terra, ou se a defesa dos interesses dos bóias-frias apontaria para outro tipo de coisa, como regulamentação de suas condições de trabalho, aplicação de leis trabalhistas. Essa questão eu acho que interessa muito ao pessoal que está trabalhando junto a estas categorias. Seria talvez recolocar a mesma questão que nós estávamos vendo anteriormente com relação a esta diferenciação, a de não tomar os trabalhadores do campo como uma única coisa?

R: Nesse sentido eu acho que a resposta mais uma vez teria que ter o mesmo tipo de direção geral como na questão anterior. Isto é,

não tentar reduzir a uma forma geral e única a questão agrária brasileira, isso aí seria um dos elementos a serem considerados. E efetivamente não cair numa espécie de pressuposto populista que estaria por detrás talvez de algumas colocações que colocam isso quase como sendo uma questão única, questão central única, que seria a idéia de uma espécie assim de solução para a questão agrária brasileira no sentido simplesmente de uma divisão da terra, de uma transformação do meio rural brasileiro assim num grande mar camponês ou qualquer coisa nesse gênero. Eu não estaria nessa posição de maneira alguma. E mesmo no que diz respeito ao camponês, neste sentido, também nesta última viagem me ficou muito forte a impressão de que existem muitas outras esferas de monopólio aí, que eu acho que não são derivadas simplesmente do monopólio da terra, não está muito claro ainda na minha cabeça qual a articulação entre elas, mas me parece extremamente importante a gente examinar. Uma das coisas, por exemplo, que a gente tende a minimizar um pouco, nós antropólogos, é a importância da política agrária, digamos assim. A gente tende a achar um pouco que as políticas agrárias de certa forma passam por cima do campesinato sem atingí-lo. O campesinato tem uma lógica interna, essas políticas agrárias são feitas no gabinete, a eficácia delas é muito duvidosa e por isso a gente tende a minimizar um pouco. Eu acho que isso aí, sem dúvida nenhuma, em muitos casos é verdade, mas me impressiona, e isso também faz parte do desenvolvimento capitalista, a eficácia cada vez maior que, de qualquer forma, as políticas agrárias vão tendo. Tanto as políticas explícitas quanto as políticas implícitas. Assim, realmente, o problema do poder, o problema da formulação de políticas, o problema das possibilidades dos grupos manipularem essas políticas dos órgãos governamentais, crédito, colocarem a seu serviço a máquina estatal parece absolutamente central para mim. Estou impressionado com isto, muito impressionado com a ingenuidade do antropólogo, a dificuldade que nós temos de conseguir realmente entender o que está acontecendo sem entendermos por exemplo como é que funciona uma entidade como o Banco do Brasil. Quais são os mecanismos internos de funcionamento do Banco do Brasil e externos no sentido

de como é que ele se articula com a sociedade. Esse negócio é da maior importância realmente.

P: Não sei se tem a ver com isso, mas você já tem apontado o problema, com relação aos camponeses do Maranhão por exemplo, do que se chamou de desmarginalização, da sua ligação com o mercado. Ora, essa ligação supõe uma série de coisas que não são controladas pelos camponeses. Por exemplo, o transporte, as dificuldades que as vias de comunicação deficientes colocam para essa ligação com o mercado. Por outro lado, em termos de consumo de determinados produtos essa ligação já está muito avançada.

R: Sem dúvida. O famoso problema do intermediário. Deu para perceber, com relação ao problema da laranja, que eu estava falando que me impressionou, que hoje é importante não só para o consumo local essa laranja que é plantada pelos camponeses - vamos continuar a falar em camponês, mas a essa altura eu já fico cada vez com mais dificuldade; no caso do Maranhão eu tendo a falar como o pessoal da área fala, lavrador - então essa produção não só é importante nessas cidades, como nós chegamos a ver, na central de abastecimento de São Luís, a importância que o negócio está tendo, em São Luís inclusive; e a diferença enorme entre o preço que o produtor recebe e o preço final do produto em São Luís, todo problema da intermediação, estão envolvidas aí muitas questões monopolistas nesse negócio todo. Uma coisa em relação a isso, que também já tenho dito, é que de qualquer forma, é importante não cair no polo oposto que é aquela idéia que parte do pressuposto de que o camponês quer terra e o proletário quer legislação trabalhista, melhoria salarial. Logo, já que está aumentando a proletarização no campo, o problema da terra estaria se tornando menos importante e mais importante estariam se tornando então os problemas mais estritamente trabalhistas. Tem-se que tomar um pouco de cuidado com essa formulação mecânica. Eu tenho insistido, também, na relativização do camponês e do proletário, na idéia de que isso aí são também categorias nossas, onde os sujeitos, os atores envolvidos nesse processo todo, não precisam também definir as suas identidades

como sendo estritamente de camponês ou estritamente de proletário. Eles podem se ver como algo que eventualmente se realize enquanto camponês ou se realize enquanto proletário. E não alguma coisa dada eternamente no testamento de Adão.

P: Poderia tirar daí então, como uma possibilidade, que proletários do campo em determinadas circunstâncias lutassem por terras?

R: É, sem dúvida nenhuma. E por outro lado, que também os chamados camponeses eventualmente se interessassem por outras coisas que não por terra. Um desses relatórios que eu estou lendo agora, com esse Encontro da Fundação Ford da Universidade de Princeton, ele discute um dos pressupostos dos projetos do desenvolvimento rural que ele está analisando, que é a idéia de haver uma espécie de excedente de força de trabalho no campo. Ele discute essa questão e argumenta que isso aí não é sempre verdade porque havendo terra o sujeito aplica sua força de trabalho o máximo possível sobre aquela terra disponível, a terra sendo limitada então dá-se um excedente, esse excedente vai ser aplicado em outros lugares, vai haver o êxodo, a proletarização parcial, o sujeito além da terra dele vai trabalhar em outro lugar e coisas do gênero. A experiência desses projetos tem sido que muitas vezes há uma escassez de força de trabalho para ser aplicada na própria terra porque os fulanos estão trabalhando em outro lugar. E não é o fato, então de haver uma espécie de disponibilidade relativa, uma certa aplicabilidade relativa da força de trabalho que automaticamente vai fazer com que ele abandone o lugar onde ele está ganhando um salário, para ir trabalhar na terra dele; isso não acontece assim tão mecanicamente não. As vezes o sujeito pode preferir continuar a trabalhar enquanto proletário mesmo que isso signifique um prejuízo relativo em termos daquilo que ele poderia aplicar da sua força de trabalho na terra. É um cálculo muito complexo e nós não podemos pressupor por detrás desses rótulos tipo camponês e proletário, valores para esses grupos sociais que nós não conhecemos a priori, que necessariamente ele tenha que ter como valor simplesmente o trabalho na terra como sendo algo

necessariamente melhor do que o trabalho ou vice-versa. Acho que, primeiro, são valores que nós não podemos controlar pela simples rotulação de camponês e proletário, nós não controlamos não é uma relação mecânica e, segundo, não devem ser vistos como valores petrificados, mas devem ser vistos também como estratégias de vida onde o sujeito pode manipular possibilidades diferentes de várias maneiras conforme as circunstâncias.

P: É interessante por exemplo como há muito casos de camponeses que vão para o garimpo e ficam bastante tempo lá, e depois o dinheiro ganho no garimpo vai servir dentro de uma estratégia camponesa. Uma coisa que eu acho que tem a ver com isso é o problema dentro da família camponesa, os interesses específicos dos filhos e do chefe da família.

R: Outra coisa, você está falando em camponês e proletário, mas uma outra possibilidade que muitas vezes eles tentam abrir para eles no campo, é o pequeno comércio, por exemplo. Em muitas situações eu vejo que o sujeito tenta se utilizar do trabalho na terra para conseguir um pequeno comércio, porque este é extremamente valorizado também. Uma das coisas que está implícita na idéia de camponês é sempre uma idéia de uma unidade familiar em que existe um chefe de família que é mais ou menos uma espécie de corporificação da família enquanto tal, de certa forma passa por ser a família. Acho que isso aí é verdade em certo nível, é muito importante, mas acho que também existem estudos importantes que chamaram atenção para os conflitos internos. Tem um filme recente aí (2) que chama bastante atenção para essa outra face da moeda. Eu tenho insistido muito nesse ponto, inclusive tenho feito essa observação com relação a vários trabalhos que têm sido produzidos no programa sobre campesinato e tenho insistido um pouco nessa simplificação em que não se tenta ver o problema do conflito. Às vezes é uma espécie de idealização da própria unidade familiar, com relação à qual, ao nos colocarmos, inclusive politicamente, numa posição conservadora, não damos margem para examinar esses conflitos internos.

(2) Pai-Patrão.

A idéia de que não existe exploração de classe no interior da família, é perfeita, é óbvia, e as tentativas de explicações que se fizeram nessa direção são inaceitáveis, mas daí a repudiar de saída a idéia de que as relações internas da família possam ser vistas sob a ótica de uma exploração, isso não se segue necessariamente.

P: E se a família como um todo está submetida a uma exploração? Por exemplo, a exploração pelo comércio pelos intermediários. O pai, chefe da família pode ser na prática um agente dessa exploração?

R: Você sabe que é uma heresia, aqui no Museu, dizer uma coisa dessas. Mas eu acho que pode ser visto sob esta ótica, acho que é uma ótica aceitável, aí é interessante ter uma postura Weberiana, você imagina que a mesma situação pode ser examinada de várias maneiras sob óticas diferentes, porque uma não exclui necessariamente a outra, então a análise da unidade familiar, da família enquanto unidade, não exclui uma análise interna em que se apontem problemas como esse. Você pode imaginar, inclusive, isso é um outro tipo de coisa que acontece também, é a tentativa, de certa forma, de imitação da própria estrutura de exploração mais ampla num nível micro. Acho que isso também acontece.

P: Alguns autores vêm insistindo na idéia de que o desenvolvimento do capitalismo no Brasil tem criado relações de produção não capitalistas. Como vê isso?

R: Eu estou para ler o texto do Martins (3) que usa esse tipo de formulação. Acho importante ler, e não tendo visto aí não fico seguro para analisar. Nós usamos muito aqui no Museu aquela idéia dos modos de produção, então a idéia de que existem modos de produção diferentes. Você pode ter um modo de produção camponês que é um modo de produção distinto do modo de produção capitalista. Mais uma vez, no sentido de que há a possibilidade de você examinar o mesmo fenômeno sob óticas diferentes, acho que isso aí tem sido uma ótica muito fértil sob uma série de aspectos. Mas acho que tem também alguns pontos negativos. Um deles acho que é uma espécie de visão um pouco exterior das

(3) José de Souza Martins.

coisas, por exemplo o camponês como algo exterior ao capitalismo, algo exterior ao processo dominante, como se fossem lógicas diferentes que apenas se tangenciam, não mais do que isso. Eu acho que isso aí é uma perspectiva que serve para se examinar uma série de coisas mas que em determinados momentos empaca. Acho que essa externalidade começa a atrapalhar um pouco. Talvez, a idéia de você deslocar a questão, como é que você colocou na pergunta mesmo?

P: Relações de produção...

R: Relações de produção não capitalistas, no âmbito, digamos, no bojo do próprio desenvolvimento capitalista, talvez então tenha a vantagem de você tentar evitar um pouco tanta externalidade. Eu precisaria examinar melhor o que eles estão falando com relações de produção não capitalistas, eu tenho visto outras formulações na literatura internacional com que em princípio eu simpatizo mais. É a idéia de que o próprio capitalismo pode ter uma relação de produção característica mas que não exclui outras relações de produção do próprio capitalismo. Poderia, talvez, chamar de relações secundárias, mas que também seriam capitalistas.

Eu não sei até que ponto é útil você falar em relações de produção não capitalistas ou se a gente não poderia examiná-las como sendo outras relações de produção capitalistas também. Não quer dizer que a sua forma não tenha sido tomada historicamente de relações de produção não capitalistas. Mas eu, não está bem claro pra mim se é realmente útil pensar nisso como sendo relações de produção não capitalistas. Eu não sei se com isso a gente não vai tender a repetir em algum nível alguns dos problemas existentes em outras formulações. Não sei, o que você acha disso?

P: Eu acho que a pergunta está colocando também, além dessa questão, acho que é uma questão teórica com relação a existência de se podemos pensar relações de produção não capitalistas fora do contexto de um modo de produção que não o modo de produção capitalista; há por exemplo referências como Maria Rita

Garcia Loureiro que vê a parceria como relações de produção não capitalistas subordinadas ao modo de produção capitalista, aí acho que há uma questão teórica que realmente é difícil de resolver, agora acho que num certo sentido a sua resposta já responde ao segundo aspecto dessa pergunta que talvez nós tivéssemos mais em mente, é que sendo relações de produção não capitalistas ou relações de produção capitalistas mas não as mais características, quer dizer de qualquer forma então, de fato o capitalismo no Brasil geraria algo diferente das relações capitalistas clássicas. Seria isso?

R: Acho que sim, mas inclusive não necessariamente caindo numa espécie de nacionalismo teórico. Por exemplo, a famosa questão da parceria, que você mencionou se a gente examina, por exemplo esse livro aí do Samir Amin e do Kostas Vergopoulos (4) eles estão insistindo na tal da integração vertical como sendo alguma coisa de bastante importância como forma de desenvolvimento capitalista na agricultura. E a parceria não me parece necessariamente algo assim tão longe do que seja uma integração vertical. Talvez no caso de parceria no Brasil também haja necessidade de distinguir, deve haver parcerias e parcerias. Existem aquelas parcerias talvez mais tradicionais, mais marcadas historicamente, e existem outras parcerias que talvez já tenham este sabor de integração vertical, talvez até extremamente moderna. E a gente é que não está percebendo. E talvez já houvesse até nesse sentido uma espécie de privilégio do subdesenvolvimento, quem sabe se a parceria sob certos aspectos até não antecedeu alguma coisa do que se tem falado hoje como sendo muito marcante como o fenômeno atual, a integração vertical na agricultura européia. A parceria sempre foi vista no Brasil como algo extremamente atrasado e pré-capitalista. Mas eu acho que pelo menos assim como desafio, provocação para nós todos, eu me perguntaria isso.

(4) "A Questão Agrária e o Capitalismo", 1977, Edit. Paz e Terra.

P: Parceria também seria uma dessas noções dentro da qual seriam confundidas muitas coisas?

R: Acho que sim, possivelmente. E também a famosa idéia da proletarização, por exemplo, a parceria enquanto forma de realização de um processo de proletarização, no caso do sujeito que antes não era parceiro, quais são os limites dessa proletarização, acho que também está ligado àquelas questões anteriores.

R: A questão da terra tem sido colocada em termos de uma questão democrática, quer dizer, o acesso à terra corresponderia a um anseio democrático do campesinato. Gostaríamos de saber como vê as perspectivas dessa luta camponesa pela terra, uma vez que os camponeses parecem estar contidos numa posição puramente defensiva, lutando pela conservação da posse da terra, contra a expropriação. Quais seriam a seu ver os possíveis aliados dos camponeses nessa luta?

R: De qualquer forma essa luta tem que levar em conta alguma coisa que nós falamos antes, quer dizer que ela não seja absolutizada. Essa luta pela terra, os que me ouvirem que entendam perfeitamente o que eu estou falando para não parecer que eu estou de alguma forma tentando enfraquecer uma luta que me parece absolutamente central do ponto de vista político do país hoje. Tudo isso que a gente falou a respeito do monopólio da terra, etc., etc., tudo isso tem que se levar em conta que politicamente no país hoje é da maior importância essa luta pela terra. Acho realmente da maior importância. Eu acho muito nebuloso o quadro em termos de quais são as possibilidades realmente dessa luta, quais são os limites do sucesso numa luta desse gênero. Acho que sem dúvida nenhuma estamos vivendo uma fase particularmente desfavorável à reversão do processo mais geral de expropriação. Porém é possível, dentro da própria lógica do desenvolvimento capitalista no país, que muitos de nós estejamos por causa da pouca distância com uma ótica distorsiva. Já que esse processo é tão violento hoje, imagine que isso vá num crescendo e que a tendência geral vai ser realmente a proletarização completa. Talvez uma hipótese

alternativa é que a gente esteja vivendo um momento particularmente violento desse processo mas que essa curva não precise necessariamente se manter em ascenso, mas que isto aí está atendendo a um determinado momento do processo e que depois de qualquer maneira a coisa pode descer. Nas áreas onde existem terras livres, por assim dizer, tipo Maranhão, Pará, etc. parece que a violência do processo está muito ligada a este fato. Ao fato de que ainda não se definiu a estrutura da propriedade, então a luta chega a limites de violência extrema, me parece que muito em função exatamente de uma certa indefinição ainda, do ponto de vista do capitalismo, do destino dessas áreas. Existem situações por exemplo no Maranhão, que eu não consigo entender do ponto de vista de uma lógica estritamente econômica, porque que necessariamente o grande proprietário não se interessa em auferir renda. Sistemas de arrendamento e parceria por que não são mais utilizados? Em certos casos eu entendo, em outros casos não entendo, do ponto de vista estritamente econômico. Acho que isso está muito mais ligado a uma luta em que qualquer colher de chá que se dê ao lavrador ainda pode ser perigoso do ponto de vista da estruturação do processo...

P: Quer dizer da existência desses proprietários como proprietários?

R: Exato, exato. Do que estritamente do ponto de vista do que é mais interessante para eles do ponto de vista de um lucro capitalista. Então é possível, por exemplo pode ser que num momento seguinte aconteça nessa área do Maranhão alguma coisa que já acontece em áreas mais tradicionais do Maranhão, em que o sistema de arrendamento realmente existe até hoje. A coisa é muito nebulosa, me parece. Sem dúvida nenhuma eu acho que do ponto de vista mais geral do desenvolvimento capitalista é viável. Não há nada de necessariamente incompatível com o desenvolvimento capitalista no seu sentido mais geral, há possibilidade de se dar um acesso maior do lavrador à terra e que essa luta pela terra tenha um sucesso relativo. O que parece é que até agora não houve necessidade pra esse desenvolvimento capitalista no país de apelar para um processo desse gênero que necessariamente exigiria uma reorganização da casa muito forte. E

não há necessidade de supor que eles vão fazer essa reorganização da casa, das alianças políticas, sem necessidade. Só na medida que isso daí se imponha historicamente é que isso aí vai ocorrer, e desse se impor historicamente faz parte obviamente a própria luta. A própria luta faz parte desse impor-se historicamente. E além disso existem muitas outras variáveis que não dizem respeito estritamente à luta do camponês pela terra mas que dizem respeito a um contexto muito mais geral que é muito mais anuancado, muito mais complexo do que às vezes a gente imagina. Por exemplo, em áreas como o Maranhão, apesar de que à primeira vista a gente tende a achar que não, mas existem diferenças, por exemplo entre o proprietário maranhense e o proprietário que vem de fora do Maranhão, entre o cara que está mais ligado ao Estado e o cara que está menos ligado ao Estado, entre o sujeito que de alguma forma está comprometido com o próprio comércio dos produtos camponeses e o que não está, entre o proprietário de terra que além de ser proprietário de terra tem diversos outros papéis sociais e o que é estrita e especializadamente proprietário de terra, então os grupos sociais envolvidos são muitos. É claro que num determinado nível eles todos se juntam, há uma luta de classe no seu sentido mais geral envolvida. Mas no processo político do dia a dia o que se verifica, inclusive, são alianças políticas as mais surpreendentes. Acho inclusive, que a gente ainda não tem um instrumental para entender muito bem a lógica pela qual elas se estabelecem.

P: Será que o fato de que agora grandes grupos financeiros do sul, industriais do sul, estejam interessados na propriedade da terra nas áreas de fronteira, será que isso não terá feito a balança se inclinar extremamente contra o camponês?

R: Definitivamente não é? Eu acho que isso aí é um elemento extremamente importante mas não está muito claro na minha cabeça até agora se, do ponto de vista estritamente do funcionamento normal capitalista, essa exploração de grandes propriedades no Norte até quando e até que ponto podem interessar a esses grandes grupos. Ou se isso não é muito mais consequência de uma determinada política governamental que facilitando de uma forma tão ex

trema o acesso à terra para estes grandes grupos e o acesso ao crédito cria uma situação que não é necessariamente irreversível. Digamos que se chegasse a uma situação mais normal de acesso à terra, de acesso ao crédito para estes grandes grupos. Necessariamente para eles seria interessante dentro das possibilidades todas que eles têm de aplicação de capital deles, realmente a grande exploração capitalista nessas áreas, inclusive nesse sentido é que eu digo que a política agrária me parece hoje cada vez mais importante e decisiva. Eu acho que não há necessariamente nada de irreversível nesse processo. Já existem notícias em alguns lugares, de grandes proprietários que já estão percebendo como sendo interessante para eles, do ponto de vista do seu lucro capitalista, o loteamento total ou parcial de suas terras e a venda a lavradores. Isso aí é uma coisa muito incipiente que acontece apenas em alguns poucos lugares, e mesmo esse acesso não é um acesso que esteja garantido para a grande massa camponesa. Mas nada impede que isso daí também seja uma forma de realização do desenvolvimento capitalista. Mas tudo isso são conjecturas, são conjecturas, não é isso que está presente. No momento o que está presente avassaladoramente é realmente a expropriação, a entrega de terras com as maiores facilidades de todos os pontos de vista, jurídico, etc., aos grandes grupos. É isso realmente, o que está presente, basicamente, não é um quadro absolutamente otimista, pelo contrário é um quadro bastante negativo que a gente tem neste momento. Mas como eu disse, um dos elementos do processo é a própria luta, não é? Você perguntou sobre as alianças, não é? Eu acho que existem muitas alianças táticas que podem ser realizadas no plano local e que, às vezes, por sectarismo não se percebe, porque existem contradições que às vezes se tornam importantes entre grupos e sub-grupos localmente, e fora isso num plano mais geral acho que há provavelmente o consumidor urbano que eventualmente poderá ser um aliado, o trabalhador urbano no sentido um pouco mais restrito, mas essas alianças só vão poder se realizar, se consolidar, à medida que o próprio processo político se abra em certa medida, que permita articulações mais concretas entre esses grupos que no momento são extremamente difíceis

de se realizarem com resultados políticos concretos. Então no desdobramento do processo acho que existem algumas outras, algumas alianças importantes aí que poderão eventualmente se consolidar, mas isso depende realmente do próprio funcionamento do processo. No momento a coisa é muito difícil de se realizar. A questão anterior que você tinha feito a respeito das relações de produção não capitalistas geradas pelo próprio capitalismo, acho que talvez fique mais claro o sentido político da questão em relação a esta questão agora. Quer dizer, se há possibilidade do próprio capitalismo gerar, inclusive, situações em que se garanta mais o acesso à terra ao camponês e a preservação da terra para o camponês. Então nesse sentido eu acho que a resposta às duas perguntas devem ser lidas juntas. Quer dizer a possibilidade teórica, que está implícita na questão anterior, é correta, é aceitável. E que praticamente isso se realize, quer dizer a extensão ou a profundidade que esse processo vai ter é que é difícil se saber. Acho que aí se volta àquela questão clássica também dos modos do desenvolvimento capitalista, que existem, e que acho que num país como o Brasil existem vários modos do desenvolvimento capitalista em andamento, não é só um, não é? E a relação entre esses vários modos é que eu acho que também tem que ser vista em relação a essa questão.

P: Com o desaparecimento das ligas camponesas, os sindicatos dos trabalhadores rurais se tornaram a forma de organização principal, senão exclusiva das massas rurais. Qual seria a seu ver o balanço da atuação dos sindicatos dos trabalhadores rurais dos últimos anos? Como vê também do ponto de vista das lutas atuais e futuras do campesinato, a atuação da Igreja, CPT e agentes pastorais?

R: Sobre os sindicatos de trabalhadores rurais, acho que, sem dúvida nenhuma, tem sido muito importante a atuação deles em geral, no Brasil nos últimos anos. Sendo que primeiramente você tem que distinguir enormemente entre as várias regiões do país a importância que eles têm tido. Uma coisa que parece muito positiva é que parece que alguns dos setores mais combativos, mais organizados, que mais amadureceram no processo nos últimos anos,

conseguiram ter uma influência bastante grande no plano nacional, no plano da Contag. Mas a essa influência deles no plano nacional não corresponde uma influência semelhante localmente para o país como um todo. É um fenômeno de certa forma curioso. Muitas vezes você tem o contrário. Aqui você tem exatamente a Confederação numa posição muitas vezes mais avançada do que muitos dos sindicatos no plano local. Existem áreas onde os sindicatos aparecem bastante fracos, muitas vezes até realmente realizando alianças bastante espúrias, mas basicamente fracos no sentido de realmente não ganharem força no próprio seio do campesinato. O pesquisador percebe isso muito bem, por exemplo a variação disso de área para área. Existem áreas onde se você não passar pelo sindicato você não consegue ter acesso ao próprio campesinato. Existem áreas onde o sindicato é de tal forma marginal ao cotidiano do campesinato que realmente faz muito pouca diferença se você utiliza a mediação do sindicato ou não. Uma coisa que deu para perceber no Maranhão também, é que me parece que muitas vezes os sindicatos vão espelhar alguns desses processos sociais que estão se dando no seio do campesinato, como por exemplo a diferenciação a que nós estávamos nos referindo. Em alguns sindicatos deu para perceber que exatamente esse campesinato mais viável, esse campesinato que está tentando se adaptar ao processo mais geral com algum sucesso, é que controla o sindicato. A consequência disso é que o sindicato pode ter uma certa eficácia no que diz respeito aos interesses desse grupo mas pode até ser muito pouco eficaz no que diz respeito aos interesses mais gerais desse campesinato. Mas em certo caso está espelhando, digamos um processo mais geral.

P: Essa diferenciação também se coloca com relação à participação dos assalariados rurais?

R: Isto aí eu não tenho experiência direta nessa direção. Mas me parece que sim pelo que eu conheço indiretamente, eu acho que em muitas áreas os sindicatos têm tido dificuldades em incorporar aos sindicatos os assalariados rurais e às vezes existem certas contradições que têm que ser tratadas entre os que sejam

os interesses de um e de outro. E às vezes, o sindicato tem dificuldade em assumir realmente quais são as bandeiras, quais são os interesses desse fenômeno que muitas vezes é novo nessas áreas, esses assalariados rurais. Por exemplo, eu tenho ouvido formulações a respeito de os sindicatos tentarem insistir quanto à importância da carteira de trabalho e do trabalho mais estabilizado em áreas onde esses assalariados no esquema de clandestino, de bôias-frias não chegam a se unir com tanta convicção da importância disso quanto o próprio sindicato. Então, eu acho que nesses casos é preciso não partir simplesmente da idéia de uma espécie de falsa consciência da parte desses assalariados mas verificar qual o contexto que dá sentido a este tipo de posição, quais são os valores mais profundos que de alguma maneira estão por detrás disso. Parece-me que em algumas áreas a idéia do trabalho clandestino traz para esses trabalhadores uma certa noção de manutenção de uma certa disponibilidade que lhe dá algumas facilidades a mais no mercado de trabalho do que o trabalho estabilizado com carteira assinada. Embora em outras áreas, outras situações, a carteira seja da maior importância, a gente sabe disso, não é; o trabalho estável seja da maior importância. Mas eu tenho impressão que entre outras coisas há uma dificuldade nessa direção sim. Eu acho que isso se liga à sua pergunta seguinte, a respeito da Igreja, CPT, Agentes Pastorais, porque também varia muito de área para área a importância relativa de cada um desses grupos. Parece-me, a grosso modo, que no Nordeste, sobretudo Pernambuco, os sindicatos são da maior importância. E na Amazônia muitas vezes a Igreja aparece com muito mais importância do que os sindicatos. Não que uma coisa deva excluir a outra, pelo contrário, mas concretamente a gente sente que a importância relativa desses vários grupos varia muito de área para área. Acho que a importância da Igreja também é óbvia para nós todos, talvez sobretudo no caso da Amazônia. Não sei se é o que eu conheço um pouco melhor mas me parece realmente ser assim no caso da Amazônia. Talvez, inclusive, até certo ponto cobrindo o fato de que o movimento sindical parece relativamente fraco na Amazônia em comparação, pelo menos, com determinadas áreas do Nordeste. Eu acho que não dá para responder em

poucas palavras, tentar fazer uma análise das dificuldades desse trabalho da Igreja, CPT; dos Agentes Pastorais, quais são os impasses que não são só deles, são de todos nós. Todos nós de alguma forma temos uma responsabilidade em tentar discutir esse assunto e tentar compreendê-lo. Mas eu acho que de qualquer forma fica como sugestão uma discussão mais pormenorizada a respeito disso. Também faz parte do desdobramento do processo, eu acho, que possam surgir novos canais de atuação. Novas possibilidades de organização. Eu acho que aí, em relação a isso, é preciso ter uma posição muito equilibrada. Acho que por um lado a gente tem que lutar pela abertura do processo também nessa direção. Para que a abertura do processo não se dê apenas no que diz respeito à política formal, dos grandes partidos. Mas que se abram cada vez mais possibilidades de organização em todos os níveis, das mais variadas formas para a população rural. Isso aí é basicamente uma coisa pela qual eu acho que a gente tem que lutar e que pode dar origem a muitas outras coisas. Você falou em Ligas Camponesas, nós não podemos anteciper outras formas de organização que vão poder surgir. Acho que a gente tem que estar muito aberto em relação a isso e em condições de aceitar isso tudo. Ao mesmo tempo é claro que isso tem que ser uma posição equilibrada no sentido de tentar evitar que, espontânea ou não espontaneamente, o surgimento de novas formas de organização, de novos canais, signifiquem o enfraquecimento da unidade. Não se deve autoritariamente, a priori, julgar que isso necessariamente vai ocorrer ou deva ocorrer. Acho que o que se deve tentar fazer é juntar as duas pontas nessa questão. Mas trabalhar para isso. Que eventualmente, e até, como eu disse, não espontaneamente, essas novas formas de organização podem ser utilizadas na prática nessa direção do enfraquecimento. É o equilíbrio nesse sentido, da luta pela unidade, mas ao mesmo tempo tendo como base, como pressuposto, o dinamismo maior possível dessas formas de organização, das lutas concretas. E na medida por exemplo em que haja algumas dificuldades de organização atuais - você falou dos assalariados rurais - é possível que surjam novas formas de organização provisórias ou mais permanentes que ajudem a tentar resolver algu

mas das dificuldades atuais. Em relação a essas várias formas de organização sobretudo as atualmente existentes que são tão importantes, ou seja os sindicatos, a Igreja e seus desdobramentos, uma coisa que eu acho extremamente importante é que haja colaboração entre esses vários grupos mas que se evite que em nome de uma delas de alguma forma se perca algo das outras. Eu já tenho visto situações concretas em que há uma tendência do sindicato a querer que a Igreja trabalhe para ele e até certo ponto talvez o inverso também. Acho que isso tem que ser visto com muito cuidado. Existem certas áreas onde um entra e outro não entra, existem funções que um cumpre que o outro não cumpre. Então evitar que um se atrele ao outro. Que haja uma colaboração e que os esforços se somem, mas evitar algum tipo de hegemonia absoluta de algumas dessas organizações, alguns desses grupos sobre os outros. Tanto em relação aos grupos atualmente existentes como também em relação a outros grupos que venham a surgir e que tenham realmente um compromisso com o processo. Grupos esses que podem significar o restabelecimento de tradições anteriores que já tenham tido importância na nossa vida política e que podem eventualmente reaparecer mais explicitamente no processo.

*Grupo Tarumã
Outubro de 1978*

Como nasceu
nosso trabalho

Em 1975, sendo alunos da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo e amantes do cinema, realizamos um curta metragem sobre a greve que paralisou, durante um semestre, a escola de Comunicações de Artes da USP. Não tínhamos recursos nem experiência técnica. Por isso rodamos o filme em Super8mm, uma bitola amadora e mais fácil de ser manejada. Parada Geral (15 min. color) é um filme amador, incipiente e cheio de defeitos. Apesar disso, foi o único registro vivo deste movimento, o mais importante desde as manifestações estudantis de 1968, pois que deu novo impulso ao movimento estudantil.

Aprendemos com esta nossa primeira experiência uma importante lição: não é preciso um grande aparato técnico nem um total domínio da linguagem cinematográfica para se começar a fazer um cinema autêntico, que reflita a nossa realidade. É preciso, isto sim, estar comprometido com ela, participando. A linguagem e o domínio técnico, que são muito importantes, vão sendo apreendidos vendo filmes, lendo livros especializados, mas sobretudo com a prática de trabalho, filmando a vida em seu movimento, as coisas acontecendo. Neste sentido, aliás, foi muito importante nosso trabalho como assistentes de montagem e montadores no mercado profissional de longa metragem, onde pudemos aprender a utilizar equipamentos e processos mais aperfeiçoados.

Por outro lado, sentimos como é muito importante documentar o que se passa à nossa volta e como o cinema, arte do movimento, se presta excepcionalmente a isto.

O grupo Tarumã

Desta primeira experiência surge o Grupo Tarumã. Nossa proposta de trabalho era sair da universidade, entrar em contato com o povo, este ilustre desconhecido, com quem nós, jovens estudantes de classe média, não tivemos nenhum

contato desde 1964. Queríamos fazer um filme que refletisse as condições de vida das classes populares em São Paulo e que, ao mesmo tempo, fosse um canal através do qual o homem da periferia pudesse falar do que pensa, como vê sua condição. Não podíamos, porém, estabelecer um discurso apriorístico, pronto e acabado sobre o que não conhecíamos. Era preciso ir até a periferia, conhecer seus habitantes, conviver com eles. Daí nasceria um filme vivo e espontâneo, um filme autêntico e verdadeiro.

Estávamos em 1976, ano eleitoral, importante devido ao crescente descontentamento popular com a política do governo e a derrota sofrida pela Arena dois anos antes. Haveriam eleições para prefeitos e vereadores em todo o país. O MDB tentava se afirmar, como partido popular. A Arena, por sua vez, tentava se recuperar da recente derrota que tanto abalara a imagem do governo. Era, portanto, um momento importante na vida do país, onde todos setores políticos buscavam o apoio e a legitimação popular. O povo voltava a ser um importante fator no jogo político, depois de 12 anos de silêncio compulsório.

Os setores populares, por sua vez, se organizavam e começavam a aparecer candidatos saídos do meio dos trabalhadores. Isto, aliás, era um fator importante pois, ao lado da desconfiança frente aos partidos existentes, tanto MDB quanto Arena, demonstrava como o povo, esgotado, já começava a buscar novas opções. A política começava a aparecer novamente como algo que se produz no cotidiano, que está próximo às pessoas, manifestando-se em todos os níveis da vida social. O debate renascia na sociedade, começava a aparecer o inconformismo com o qual o trabalhador via o chamado "milagre brasileiro".

Escolhemos então um bairro da periferia de Osasco, Jardim d'Ávila, onde realizaríamos o filme. O local era interessante pois havia uma Sociedade Amigos de Bairro (SAB), ativa e bastante independente, da qual saíram dois candidatos a vereador formados na prática espontânea de liderança dentro do bairro. Um era do MDB e o outro da Arena.

O primeiro contato não foi difícil pois os membros da SAB já conheciam um grupo de estudantes da USP que fazia, na época, uma pesquisa sobre o bairro. Francisco Timóteo, diretor da SAB e candidato a vereador pelo MDB, nos recebeu achando interessante a ideia de um filme, desde que ele retornasse ao bairro para ser utilizado como fonte de debate junto à população local. Nossa proposta era justamente essa: um filme que tivesse como público principal seus próprios atores. Ele deveria ser exibido para trabalhadores.

Não chegamos, porém, e começamos a filmar imediatamente. Era preciso antes conhecer o bairro e seus habitantes, qual o papel da SAB para a comunidade, como os partidos políticos estavam influenciando as lideranças locais, etc. Da mesma forma era preciso que os moradores nos conhecessem, soubessem porque estávamos fazendo aquele filme. A desconfiança era muito grande, ainda mais que nós éramos estudantes. Eles estavam cansados dos velhos políticos profissionais, dos demagogos. Estavam também cansados dos cineastas, fotógrafos etc., que aparecem, realizam seus filmes e pesquisas e depois desaparecem. Para as populações locais nada fica, tudo permanece igual. Não chegam nem sequer a ver o resultado do trabalho, quanto mais discutí-lo e utilizá-lo na sua luta do dia a dia. Eles não mais aceitavam este tipo de coisa, recusavam-se a ser meros objetos. Exigiam agora a posse dos trabalhos nos quais eram os personagens principais. Exigiam o direito de poder se utilizar deles livremente.

Começamos a perceber que o cinema não era feito para botar as pessoas contando o passado em longos e cansativos depoimentos completados por pesadas narrações, com a imagem fixada em segundo plano, com uma função meramente ilustrativa, complementar. O cinema não é um discurso sociológico, um texto acadêmico. É vida, é movimento, é a possibilidade de mostrar as coisas acontecendo, de mostrar a muitas e muitas pessoas uma experiência vivida por um determinado grupo no exato momento em que ela acontece. O cinema tinha de afundar-se na realidade. A câmera tinha que viver com seus personagens cada momento da experiência relatada.

Assim tínhamos um problema que exigia cuidado. Era preciso apresentar a câmera, personagem principal, aos atores do filme, para que eles, acostumando-se à sua presença mantivessem diante dela a espontaneidade cotidiana e permitissem que nós acompanhássemos todos os momentos de suas vidas. Percebemos durante a fase de preparação do filme que este problema se resolvia à medida que os moradores iam perdendo a desconfiança para conosco e começavam a perceber que o filme estava sendo realizado fundamentalmente com eles, para eles. Quanto mais entendiam nosso trabalho mais se identificavam com ele, passando a colaborar, por vezes, intensamente.

Isso mostra que na verdade o problema não era a câmera, esta coisa que se colocava entre nós e eles, mas o que ela significava, a relação que ela estabelecia. Ou seja, no momento que eles perceberam que não se tratava do monstro sagrado que é a TV, nem mesmo desse estranho que é o cinema tradicional, com tudo o que eles significam - algo que não lhes diz respeito, que só os filma para fazer sensacionalismo, para passar por cima deles - então os moradores aceitaram a presença da máquina de filmar. Ela estava ali para registrá-los na sua luta, para a sua luta.

A integração no bairro se deu na medida em que nos afundávamos na vida local. No começo houve uma espécie de sonegação de informações, com a tentativa de esconder de nós as partes mais pobres do bairro. Mas à medida que eles nos viam pisando na lama, andando por todos os cantos, conversando com todo mundo, entendendo seus problemas, perceberam que não estávamos brincando e que estávamos ali para mostrar o mais profundamente possível a realidade da periferia. E eles sabiam que isto era importante.

Finalmente, haviam as eleições. Estas envolviam um problema delicado, pois os partidos estavam entrando no bairro através da SAB. Seus dois principais membros estavam se candidatando a vereador, um pela Arena e outro pelo MDB. A SAB era, até então, resultado de cinco ou seis pessoas que lutavam para criar, neste bairro relativamente novo, um canal através do qual os moradores pudessem se organizar para reivindicar melhorias. Dentre estas pessoas se destacavam duas, por sua combatividade, e que, por isso mesmo se

candidataram a vereador. Seu trabalho interno no bairro era marcado por uma união bastante grande. Com as eleições, cada um foi para um lado, criando, obviamente, um impasse. A divisão era um fato, mas ninguém a admitia. Além disso, tanto o candidato da Arena quanto o do MDB eram de fato combativos, sendo que o primeiro chegou a desafiar abertamente, por várias vezes, o então prefeito Arenista da cidade. Assim sendo, nós, que tínhamos posição tomada pelo MDB, tínhamos que ser cautelosos para não sermos, dentro da comunidade, um fator de acirramento das divisões, pois se nos desgastássemos, com qualquer um dos lados, o filme se tornaria impossível, dado a rede de intrigas que se desencadearia entre os moradores. Daí que não nos envolvemos na campanha de nenhum dos dois partidos, embora, como já dissemos, tivéssemos nossas posições, as quais se refletiram no resultado final do trabalho.

Depois de quatro meses de preparação, começava a nascer "A História dos Ganha Pouco" (Super8mm - 34 min. color). O filme aborda a vida cotidiana do Jardim d'Ávila, seus problemas e suas lutas; acompanha o trabalho da SAB e a relação com a política, com os partidos vigentes, etc. Realizamos o filme, ainda desta vez, em Super8 porque acreditávamos não estarmos suficientemente preparados para trabalhar com o 16mm. Além disso, não dispondo de recursos financeiros, tornava-se mais conveniente uma bitola amadora e por isso mais barata. No processo de trabalho, percebemos que, ao contrário do que pensávamos no início, o Super8 já era uma limitação, e tornou-se muito difícil conseguir um bom resultado técnico. No futuro, teríamos problemas de exibição, pois os projetores são tecnicamente muito ruins não se prestando a projeções em ambientes maiores. Além disso, hoje, depois de muita luta, já se conseguem encontrar projetores 16mm em igrejas, em SABs, etc., o que facilita a veiculação dos filmes na periferia, sindicatos, etc. Fazê-lo em Super8 era, pois, limitar as possibilidades de exibição.

De qualquer forma, o resultado foi surpreendentemente bom.

"A História dos Ganha Pouco" retornou não só ao Jardim d'Ávila, como também foi mostrado em vários outros bairros de periferia. O resultado final trazia uma clara posição a favor dos que votaram na oposição, que, aliás, eram a maioria dentro do bairro. Isto foi modo

tivo de críticas por parte dos partidários da Arena. As críticas não eram diretas mas se referiam ao caráter político do filme. Estas pessoas esperavam um filme num tom mais comunitário e, por isso, nos criticaram. A maioria, porém, identificou-se com o filme, não só pelas posições nele colocadas, mas também intuitivamente. Não se tratava pois de um discurso formal. O filme captava, também, um pouco da vida cotidiana das pessoas. O público sempre assistiu ao filme com grande atenção. Mesmo nas projeções em outros bairros a identificação era total. O público sentia que estava-se vendo na tela.

Hoje, um ano depois de sua realização, o filme continua sendo bastante visto e utilizado. Tem sido projetado também no Rio de Janeiro, dentro das discussões em torno das próximas eleições parlamentares, junto as populações operárias locais.

A "PONTE DO POVO": PROTESTO DE UMA COMUNIDADE PERIFÉRICA

Victor Valla

O que se segue são os trechos mais significativos de uma entrevista gravada com uns 15 moradores do Bairro Santa Emília, um dos muitos loteamentos na periferia de Nova Iguaçu. Foi nesse bairro que a população construiu uma ponte, já prometida na planta original do loteamento, com seus próprios esforços, não como contribuição, mas como protesto contra a displicência das autoridades municipais.

A Ponte do Povo, construída sobre um canal de 10 metros de largura e pelo menos dois metros de profundidade, foi realizada pela população de Santa Emília, praticamente sem nenhuma contribuição do poder público e apesar dos obstáculos criados pelo mesmo.

Os trechos que se seguem, com exceção de algumas perguntas minhas, são o depoimento dos moradores que participaram da obra.

"Existia uma série de dificuldades aqui. Era um bairro, inclusive o pessoal designaram aqui Niterói... por causa do isolamento. O pessoal falava, vou lá pra Niterói. O pessoal não tinha mesmo como passar por aqui. Teve uma ocasião aí, a esposa dele ficou muito doente aqui. Tinha que atravessar a ponte, tinha que atravessar numa maca. Isso de um modo geral quase todas as pessoas".

"Num tinha jeito de trazer material pra dentro do terreno, quando ficava doente a assistência num podia vir aqui dentro; um problema passar por uma tábua de 30cm. Eu fui um que caí".

"Muitas das chuvadas em que aquela água passava por cima da tábua precisava ter muito cuidado pra uma pessoa não cair em baixo, na lama. Antes da ponte que nós construímos aí, era uma tábua, era um pau assim, quando a lama passava que dava uma enxurrada, sujava tudo de lama, pisava assim, escorregava pra lá. Quantas vezes eu caí dali. Amarrava dois pauzinhos aqui e dois ali... Aquilo pra nós era uma tristeza porque nós não tinha uma ponte pra passar um carro. Um doente aqui, o cara passar nos braços de uma pessoa; eu não passei, mas muita gente passou... e a gente num tendo lugar pra passar um carro pra buscar uma pessoa que está doente... seja uma coisa horrorosa. Demais. Se você visse um monte de bujão de gás no dia de sábado que ficava ali, naquela beira de valão do outro lado e do lado de cá, um monte de carrinho de mão, outros ia com o bujão na cabeça. Um pegava na asa do bujão, o outro na outra e saía para vim praqui. Era de doer, doía no coração da gente".

"Eu fui na Prefeitura... 'Aquele ponte lá de Santa Emília como é que vai ficar'? A Prefeitura disse que ia fazer, disse que num podia porque tinha outro projeto em outro lugar pra fazer, então nós fizemos a reunião pra fazer a ponte. Então um dava um pouquinho, outro dava um cimento, dava um ferro, dava uma tábua".

"Essa ponte foi difícil da gente construir porque a gente não tinha condição... Nós esperamos de seis a sete anos. Esperamos pelos homens, cumprir, prometeram que vinham construir. Nós esperando o proprietário que vendeu os terrenos, esperando e nada. Passava os anos, mais ano e nada do proprietário construir".

"João já fazia parte de um grupo, do nosso grupo. Bom, e vendo a necessidade que tinha, ele achou que tinha um prestígio, ele pensou nele mesmo assim, que ele tinha algum prestígio como de fato que todos nós temos né, ele achou que a força dele dava pra ele lhe convidar e você dizer que sim, convidar o Sr. Fulano, ele dizer que sim, esse outro, aquele outro; e convidou todos; disseram que sim e fizeram. Ele achou que sendo um grupo de comunidade ele tinha que ter uma ação, uma ação concreta. Porque ele achou que devia prestar ao povo, ainda que nem todos conhecendo ele, seria um trabalho de criar um trabalho pra beneficiar o bairro... Então o trabalho foi criado, foi a organização da ponte".

"Fizemos reunião com o pessoal do bairro pra nós construir a ponte. E daí começou. Começamos a primeira reunião com umas 30 pessoas e começamos na fundação da ponte. Pedindo ajuda do pessoal, tinha aqui uma lista, um dava 100, outro dava 50, outro dava 10 e fomos comprando o material".

"Sempre foi um cara que tomou mais a frente aí no nível de comunidade, de organizar reuniões. Porque isso não foi assim que chegou a essa consciência, não através da primeira reunião. O pessoal, uns vinham outros não vinham. Tinha três, seis, oito, dez pessoas, no máximo, nunca passava de dez pessoas quando teve a organização. Quando partiu pra ação concreta, a primeira reunião que eu marquei aqui, teve aqui 18 pessoas. Aí marcamos logo outra a seguir, foi quando já teve 35 a 40 pessoas. Nessa reunião já houve uma arrecadação, já correu a lista aí, ele já saiu daqui com 240,00 naquele dia e promessa de pedra, promessa de areia, um vai dar meio metro de cimento. O dono da barraca aqui do lado ia dar um milhão de material mas ele assumiu dar outro tanto

de material; aí surgiu os profissionais, como esse aqui acho que é carpinteiro, o outro é armador, então eles assumiram a obra... O primeiro dia que era pra fazer uma reunião, eu saí daqui pro um outro trabalho... fora da comunidade; quando cheguei aí acho que uns 20 homens se fundaram dentro do barro ali pra começar as bases. No dia seguinte o pessoal se reuniu aqui e já tinha um grupo jovem de Itapuan, povo de Roseiral e Itapuan, aí nós saímos aí com 18 jovens pelas ruas aí, cada um pegou um trecho pra pedir auxílio pra fazer a ponte".

"Bom, quando a gente foi nas casas aí as pessoas dava o dinheiro mas não acreditava, as pessoas achava que era a gente que tava pegando pra outras coisas e outros que acreditava, davam o dinheiro, ficavam alegres e tudo, outros batia a porta na nossa cara. É um monte de coisa né, às vezes a gente ia na casa de uma pessoa, aí falava legal com a gente... uma moça até xingou a gente. A gente arrecadou um monte de dinheiro. Aí foi duas vezes que a gente foi, a mesma coisa... Mas a maioria do pessoal não acreditava que ia sair essa ponte. Todo mundo achava que o jeito era fazer essa ponte, mas que não ia sair nada".

"Eu num dei 10 tostões pra ponte, mas pergunta quantos dias trabalhou para a ponte".

"A Igreja também, ela deu uma parte, mas 500 cruzeiros ela emprestou, não deu não, emprestou pra gente devolver. Ela emprestou pra gente restituir depois e teve que restituir mesmo".

"E o que sobrou da festa, o que sobrou do trabalho, o João me entregou aqui e eu levei, Maria foi quem entregou e coloquemos na outra ponte de lá".

"Quando tava já perto de construir a ponte faltou material, aí o vereador falou que dava seis sacos de cimento... É vereador de Nova Iguaçu".

Victor: Ele participava?

"Ele tinha prometido seis sacos de cimento e deu seis sacos de cimento. Eu sei que nós construímos".

"Num tem Prefeitura aqui, aqui a Prefeitura num tem, num existe Prefeitura, sô pra cobrar imposto. Sô se ainda existir, sô se criar Prefeitura".

"Prometeram. Como todos esses que vendem esses loteamentos por aí, prometem esgoto e luz. A luz, a Light botou. Eu comprei no mês de março, eu e esse ali compramos no mês de março. Esse ali comprou, já fazia eu acho que bem uns oito anos ou dez que tinha comprado e tava no escuro, a Light não colocou luz. Nunca tinha botado luz. Hoje já tem, aí esse ali comprou num dia, eu comprei num outro e o moço disse que daqui até o mês de março a luz vem. Até no outro ano, no outro ano a luz chegou... Mas o esgoto nem meio fio, nós num temos. Temos aquela estrada que vai sair aqui, tá sem calçar... Já pagaram essa estrada pra fazer calçamento mas ela tá lá do mesmo jeito. Quando vocês passaram a poeira comeu tudo".

"Eu dizia pra seu Aulindo, vamos ver essa ponte. Vamos ver por intermédio da Prefeitura se é do povo, do Estado mesmo, se se interessa pelo povo, porque tava tudo jogado, tudo abandonado, mas vamos ver se daqui mais tarde se eles interessam e faz esse negócio aqui".

"Tem um detalhe muito importante... a Prefeitura colaborou com 100 sacos de cimento. O Francisco aqui do lado... ele deu num sei quantas viagens pra o vereador poder vir aqui... Você vê, a aquela pontezinha pequena lá, taí esse aí que não vai deixar eu mentir, levou nove viagens na casa dele (do vereador), que ele prometeu de dar as pedras, deu nove viagens na casa dele".

"Quando (a construção) estava em andamento, o jornal que tem aí sustentado pela Prefeitura dizia o seguinte: que a Prefeitura estava fazendo a ponte aqui do bairro. Bom, aí eu peguei e procurei com umas pessoas amigas aí que viesse um jornal aqui pra

poder fazer uma reportagem pra ver quem tava fazendo. Chegaram um domingo aqui. Tinha uns 30 homens virando concreto, estavam começando a botar concreto, foi num sábado. Tava começando a botar, já tavam fazendo a laje da ponte".

"Agora, um troço que eu achei curioso é que enquanto o pessoal passava por essa lama atravessando a pinguela, cai aqui, cai ali, sem condição de transportar nem doente, é que depois que se construiu a ponte, com esforço desse pessoal aqui do bairro, logo antes de terminar a ponte apareceu alguns políticos que vieram até oferecer alguma coisa. Vendo que o negócio ia à frente, que o pessoal estava disposto a fazer, então vieram prometer alguma coisa, e me parece que chegaram a dar alguma coisa pra terminar ou colaborar nesse negócio. Quer dizer, uma das coisas que eu achei curioso foi que tava tudo já mais ou menos encaminhado apareceu algum político para querer colaborar".

"Dentro disso aí então começou a surgir as pequenas coisas. Aí começou a surgir, nós temos aqui uma grande concorrência que é a Igreja brasileira... começou a surgir o esvaziamento da organização do pessoal. Porque aí surgiu a Igreja brasileira com os discursos, dizendo lá que era um trabalho que o padre da Igreja brasileira estava organizando e fazendo, que ele tinha dado o dinheiro e tava dando material pro pessoal fazer. O pessoal aqui se queimava, uns diziam: 'Ah não vou fazer não, porque a gente faz e os outro fala que é eles que tão fazendo'".

"Eu queria só abrir um parêntese aí nessa discussão. É que essa ponte, apesar de toda essa discussão, de toda essa história que tá levantando aí, você faz uma pergunta de como o poder público tava nisso aí. A Prefeitura, o Estado. Isso aí ficava mais ou menos assim: toda proximidade de eleição 72, 74, 76 era uma beleza isso aqui. Eles chegavam, botavam um montinho de pedra, meio metro de pedra, meio metro de areia, e um pedaço de ferro. 'Olha,

a ponte vai sair agora, hein pessoal'. Aí quando passava as eleições pronto... a pedra o pessoal apanhava, fazia alicerce de casa ou então jogava nas ruas pra poder ter menos lama onde passar. Chegava na próxima eleição, novamente acontecia a mesma coisa. Por sinal, quando nós tivemos essa iniciativa, não era um ano eleitoral. E nós quando iniciamos esse trabalho aí, alguém fez aqui uma comitiva, depois de duas ou três reuniões, pra falar com o vereador se ele podia... 'não, não há possibilidade não, porque já existe três ou quatro aí. Existe três ou quatro projetos antes daquele, de prioridade...'"

"'Mas nós queremos esse serviço logo, nós temos necessidade'. Bom, quando o pessoal viu que não havia mais condição de discutir com ele, colocou-se na prática. Inclusive teve uma vez aí que o pessoal chegou lá... chegaram na casa dele (do vereador) e não conseguia falar com ele, que ele não estava em casa. Ele se escondia, mandava outra pessoa falar. Mas quando ele sentiu na prática, ele então assumiu... O pessoal trabalhando, ele ficava aí olhando o pessoal trabalhar e deu 100 sacos de cimento. Mas ela (a ponte) gastou muito mais de 100 sacos de cimento, 100 sacos ela gastou numa cabeceira daquelas".

"Infelizmente, nosso vereador aí é muito fraquinho, fraquinho mesmo, e o prestígio dele na Prefeitura talvez seja idêntico ao dele. Então chega essa condição que a gente enfrenta aqui, inclusive resolveram mais a fazer isso, esse problema da ponte, foi a necessidade que eles tinham... Porque são deles pensar que todo dia que desse uma chuva eles tinham que passar aqui que nem um metro de terra num tinha, isso aqui enchia tudo de água".

"Porque quando foi loteado, fizeram o loteamento a promessa foi, que eu vi na planta, de ser construída ponte... me parece que os moradores aqui já pagaram pela ponte quando compraram os terrenos. E já pagaram pela ponte através dos impostos. Isso é um trabalho da Prefeitura, não é um trabalho dos moradores. É isso que eu quero falar como protesto... porque eles não fizeram o que era obrigação deles e o povo fizeram não foi propriamente... mas por protesto".

"A ponte sô de material, se eles tivesse que comprar, foi calculado uns mais ou menos 200 mil... sô de material... a Prefeitura colaborou com 100 sacos de cimento. Era 35,00. Agora vocês fazem o cálculo: 35 vezes 100 sacos de cimento".

Quanto nós gastamos de pedra? Foi sete metros de pedra. Na cabeça foi sete metros, foi pedra de mão".

" E a britada?"

"A pedra britada é meio difícil de se ter uma idéia concreta por que chegou um caminhão de pedra, quando começamos a trabalhar. Trabalhávamos assim, sábados, domingos e feriados. Chegava, começava a trabalhar... chegava 10, 20 homens pra trabalhar, aí fazia uma vaquinha, um dava 50, 100 cruzeiros... ia lá comprar um metro ou dois de pedra pra trabalhar o dia. Depois chegava no meio do dia, quando no final acabava aquilo, tornava dar umas bicadas por aí, outro chegava num fundo do quintal tinha umas sobra de pedra que fez o alicerce da casa, levava pra lá, então nunca dá pra ter uma idéia concreta. Aqui dentro tem um senhor que mandou fazer a casa dele aqui, tinha um montinho de pedra aí, um dia quando o negócio apertou, ele mandou o montinho de pedra dele".

Victor: O tamanho da ponte?

"Onze metros por sete. Tem onze de extensão e sete de largura... as cabeceiras dela, que sustenta ela, tem três metros e 50 de profundidade".

Victor: "Vocês têm uma idéia de quanto custou a ponte? Em números redondos?"

"Quase 100 mil cruzeiros... essa ponte aqui é o mesmo canal onde tem outra lá né, a mesma ponte segundo pessoas aí da administração da Prefeitura. A de lá ficou em 220 mil cruzeiros. Mesmo canal, aquela pontezinha é o canal do sargento, ficou em 220 mil".

"Esse serviço todo foi feito, eles aí, a turma de Santa Emília, junto com Roseiral fizeram esse serviço. Para terminar veio a turma do grupo jovem do Itapuan, de Santa Emília, do Roseiral, fizemos uma festa aqui. A festa era lá na Igreja aí fizemos a festa aqui. Essas meninas trabalharam, mataram pato, cabrito não, mas galinhas, o que eles puderam pegar mais fácil no terceiro dos outros (risos)... teve dia da inauguração da ponte, o padre veio, veio gente aí dos outro lugar. Aí veio o nosso querido vereador... Não veio, mas mandou uma pessoa com um programa desse tamanho assim pra fazer um discurso. Aí por felicidade foi proibido".

Victor: Quem proibiu?

"Ele mesmo se proibiu porque teve vergonha, porque ele viu que não dava pra ele... o que me pareceu também forte no negócio é que se alguém trouxe algum programa pra falar, pra discursar no dia da inauguração, me parece que nenhuma pessoa se omitiu com vergonha, porque os próprios companheiros que se sujaram de lama lá dentro da ponte foi quem inauguraram a ponte".

"No dia da inauguração nós foi formando um relatório, tudo que o pessoal tinha gasto na ponte, se fez um resumo daquele relatório pra que fosse lido no dia da inauguração. Porque nós sabíamos que vinha alguém... então fizemos questão que esse documento fosse lido, que fosse lido a relação desse pessoal que estão aí e todos que colaboraram pra construção dessa ponte. Muitas vezes deixaram de comprar um pão a mais pra seus filhos pra comer, pra colaborar nesse trabalho que não seria responsabilidade dele mas seria da Prefeitura. Nenhuma responsabilidade deles é assumida. Então nós fizemos questão de ler este relatório".

"Veio repórter, veio pessoas... o padre (da Igreja brasileira) anunciando aí, colocando na idéia do pessoal que era ele que estava construindo a ponte. Nem a Prefeitura, era ele que estava construindo a ponte. Então o pessoal já tava desanimando. Mas o pessoal deu assim de se esforçarem e fizeram o trabalho. Então, no dia da ponte, na inauguração da ponte, nós fizemos a questão de desmentir. Pra ler o relatório que não era a participação do padre nem do seu prefeito, nem do seu vereador, nem de ninguém, mas

sim do pessoal. Inclusive, no final, eu me lembro, que eu colocava que o prefeito, o vereador, deu a sua contribuição no finalzinho. Que não representava nem nenhuma uma das terça parte que esse pessoal gastaram".

"A gente botou no jornal, esse jornal que foi convidado pra poder desfazer o que o outro jornal fez; deu o nome dessa ponte de "Ponte do Povo"; deu uma boa tiragem, isso andou muito e no dia da inauguração tinha mais de 800 pessoas nessa rua... Aí veio industriários, veio tabelião, veio deputado, o vereador não veio mas mandou o secretário trazer um discurso. Chegou e disse que não podia comparecer o vereador e pra ele ler esse discurso. Nós já tínhamos preparado o que seria um discurso que ia ser lido como foi que aconteceu a ponte. Primeiro dia de reunião, segundo dia de reunião, terceiro dia, o início da ponte, como aconteceu e como surgiu. Fulano de tal, deu 100 cruzeiros, fulano de tal 10 cruzeiros, deu 1 metro de pedra, deu 2 metros de pedra, deu tantos quilos de pedra, chegou fulano de tal e deu 250 mas não tinha o dinheiro e apanhou emprestado. Isso ia no relatório, assim mesmo. Seria o discurso que tava aí... cego fulano de tal deu 3 cruzeiros e ficou muito feliz porque não ia ter mais o perigo de cair pela pinguela".

"Quando (o secretário do vereador) trouxe o discurso, alguém falou que isso aí não é um auxílio que vocês dão pro povo. O povo já se organizou sozinho e vai continuar fazendo o trabalho deles sozinho e não precisa de discurso, já tem o discurso... Quer dizer, então nós mostramos que seria um protesto, nós não aceitávamos. Como não aceitamos... Tinha muita autoridade aí, nós negamos as autoridades que estavam presentes... tinha deputado... mas ele ficou como um qualquer".

"Tinha fita, tinha tudo, era uma inauguração como todas outras que tem por aí. Tinha champanha pra quebrar na ponte. Quem quebrou a champanha foi o pessoal que trabalhou, quem cortou a fita foi o pessoal que trabalhou... nem o padre quis cortar... ainda tão falando que foi o padre (da Igreja Brasileira) que celebrou a missa de inauguração. Pra você ter uma idéia de como foi a coisa, depois disso ainda se devia alguma coisa aí, essa festa

teve leilão, a festa tipicamente de S. João. Teve leilão, teve barraquinha de argola, corrida de pescaria. No final, rendeu 1.400 cruzeiros de lucro, pagou-se o que devia, viu quem era que tava devendo. Num ficou lucro pra nenhum dos que trabalhou ali, ninguém tirou lucro. O que sobrou deram pra Igreja".

"Tem outro problema, do começo da ponte... o problema dos ferros (velhos) que tinha aí dos trilhos (da ponte antiga) que eles tiraram... foram os encarregados (da Prefeitura) que vieram com a carreta pegaram aqueles ferros sem ninguém saber pra onde foram... diz eles que ia pra Prefeitura, desapareceram daí. Era uma coisa que talvez podia nos ajudar, vender esses ferro, devolvia o dinheiro que eles gastaram, vieram aí e carregaram. Agora não sei se foi o vereador ou quem foi que mandou, carregaram daí. Esses homens tiraram esses ferros daí... quando veio pegar os ferros, levou coisa que não colocaram. Esses ferros não foi eles que colocaram pro pessoal passar".

"Quem construiu a ponte e quem determinou, suponho 90 dias pra não passar com o carro, é que isso não foi respeitado, não pelos que são pessoas estranhas, eles mesmos que depois pensaram em colaborar com a ponte, que foi esse político que veio, que deu os 100 sacos de cimento, ele mesmo me parece que mandou tirar os escoramentos da ponte, sem ordem de ninguém daqui... Quando eu via a máquina passar cinco minutos em cima da ponte com o motor trabalhando... ficou parada cinco minutos, ela em cima da ponte... eucaliptos eles cedem com aquele peso, eles tem que ceder um bocado. Com aquela máquina trabalhando, uma máquina daquelas eu não sei quantas toneladas tem, mas deve pesar uns 10 ou 12 pra lá. Ela ficou uns cinco minutos em cima daquela ponte. Quem construiu a ponte, quem desenhou, quem projetou não deu ordens pra eles colocarem a máquina em cima. E nem pra colocar um carro, e nem pediu pra fazer, eles que não construíram ponte nenhuma".

"No primeiro dia que passou o carro de gás, que fez entrega aqui, que passou por cima da ponte, todo mundo achou que a ponte ia cair. Porque o carro de gás é muito pesado. Muita gente chorou quando viu o carro vir e foi direitinho. Dezoito dias depois...

O vereador falou assim: 'eu quero ver daqui uns 70 ou 90 dias se vai passar o carro de gás ou a máquina'. Mas ele passou com 18 dias, passou a máquina aqui em cima. Porque com a ponte nova, passar uma máquina daquela, pra fazer escavação ali, aqui em cima da ponte, era pra cair. E a máquina foi da Prefeitura... não fez fé na obra, da mão de um operário... achava que quem sabe de senhar e fazer uma ponte é um engenheiro, é um calculista, não é isso? Então, nós como brasileiro, trabalhador, nós tem que honrar nosso sangue de brasileiro. Tai, tá feito aí".

"Tá aqui seu João, que pode dizer que é a cabeça do serviço, Do na Maria com a família toda aí que cumpre algumas coisas, num faltou bebida, num faltou café, num faltou comida e o pessoal, com chuva, 'vamos aprontar a ponte'".

"Há pouco tempo surgiu alguém aí propondo que ele traz um recibo e a gente assina como tivesse a empreiteira dele, que é uma firma empreiteira... que ele tinha construído a ponte, que nós empreitamos a ponte pra ele. Sob pretexto que ele precisava de tantos metros de concreto pra pegar um serviço do Estado. Então ele queria um acréscimo, mais ou menos isso que tudo que fizesse em dobro pra ele poder, ele daria uma determinada quantia pra comunidade, mas que a gente assinasse o recibo pra ele como ele tinha pegado o serviço de empreitada pra gente. Aí a gente reuniu novamente, porque temos o Conselho Comunitário... nós temos documento, saiu no jornal, saiu no notícia, e depois se lança num jornal aí que nós vendemos a ponte pra ele... eles colocavam o seguinte: podia vender a ponte pra eles que não tinha recibo da Prefeitura, então eu tive aqui depois conversando, fazendo um cálculo... esses 100 sacos da Prefeitura... o nome dessa ponte tá lá na prefeitura, sabem que tem essa ponte aqui... a gente ficou preocupado com isso aí, é muita coisa demais pra gente realmente assumir sozinho e procuramos um advogado. Veio aqui, conversou com a gente e propusemos que o moço viesse pra fazer uma reunião, fizesse a proposta no meio da comunidade. Até hoje não sei. Ele mandou um encarregado dele que não voltou mais. Diante de todo mundo, e não fazer em particular para A ou B. Até hoje não sei. Ele mandou um encarregado dele que não voltou mais".

"Isso aí foi todo um trabalho, não foi um trabalho de hoje não. Isso é um trabalho que vem alastrando, não com as mesmas pessoas, mas há mais de 10 anos. Vai renovando essas pessoas. Começou pelos padres missionários, que chegaram praí dispostos a trabalhar na baixada... A proposta sempre era trabalhar em cima do Evangelho, sempre houve uma preocupação de se refletir em cima do Evangelho. Sempre se descobriu tudo aqui através de Natal e família, Vias Sacras, a vida de Jesus Cristo e a vida do povo. Os homens nunca têm muito tempo de vir nessa reunião, vinha só mulher. Vai despertando a curiosidade do pessoal de tal forma que ele realmente participava. Ninguém nunca chegou aqui com uma proposta concreta: você vai que nós estamos aqui reunidos pra você fazer X, uma proposta que tenta se refletir em cima do Evangelho. O resto tem que se descobrir dentro de eu mesmo".

EQUIPES LOCAIS

REGIONAL NORTE

Escritório de Belém
Rua Bernal do Couto n.º 1329
(0912) 22.0318
66.000 – Belém – PA

Escritório de Cametá
Praça dos Notáveis n.º 38-B
68.400 – Cametá – PA

Escritório de Santarém
Rua 24 de Outubro n.º 1059
68.100 – Santarém – PA

Escritório de St. Antonio de Tauá
Rua Pres. Vargas n.º 102
68.786 – Sto Antonio de Tauá

Escritório de Santa Luzia
Av. Newton Bello n.º 1032
65.390 – Santa Luzia – MA

REGIONAL NORDESTE

Escritório do Recife
Rua Cedro 52
Casa Amarela
(0812) 268-3242
50.000 – Recife – PE

Escritório de Garanhuns
Av. Rui Barbosa n.º 200
2392
55.300 – Garanhuns – PE

Escritório de Fortaleza
Rua Francisca Clotilde n.º 680
Porangabaçú
60.000 – Fortaleza – CE

REGIONAL SUDESTE-SUL

Escritório de São Paulo
Rua Loefgren n.º 1651, Casa 6
(011) 549.3888
04.040 – São Paulo – SP

Escritório do Rio de Janeiro
Rua 2 n.º 201 – Acari
(021) 350.1130
21.530 – Rio de Janeiro – RJ

Escritório de Vitória
Rua 7 de Setembro n.º 529
(0272) 223.7436
29.000 – Vitória – ES

Escritório Porto Alegre
Rua Gaspar Martins n.º 470
(0512) 25.0787
90.000 – Porto Alegre – RS



Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

Escritório Nacional: Rua das Palmeiras, 90 – ZC 01

Tel.: (021) 286-6797 e 286-6134

22.270 – Rio de Janeiro (RJ)